



Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância

Daniel Coelho de Oliveira
Lúcio Flávio Ferreira Costa
Maria Ângela Figueiredo Braga
Maria da Luz Alves Ferreira
Maria Railma Alves
Rômulo Soares Barbosa

Sociologia Geral

Edição atualizada por
Maria da Luz Alves Ferreira

Semestre

1

NOTA EXPLICATIVA

Caro Aluno,

Este material compõe o acervo de recursos educacionais do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), disponível no Portal EduCapes, e será adotado no Curso Nacional de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade EaD (BibEAD). O conteúdo e formato originais foram preservados, conforme indicado nas páginas que se seguem.”

Daniel Coelho de Oliveira
Lúcio Flávio Ferreira Costa
Maria Ângela Figueiredo Braga
Maria da Luz Alves Ferreira
Maria Railma Alves
Rômulo Soares Barbosa

2ª edição atualizada por
Maria da Luz Alves Ferreira

Sociologia Geral

2ª EDIÇÃO



Montes Claros/MG - 2013

REITOR

João dos Reis Canela

VICE-REITORA

Maria Ivete Soares de Almeida

DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Huagner Cardoso da Silva

EDITORIA UNIMONTES

Conselho Editorial

Prof. Sílvio Guimarães – Medicina, Unimontes.

Prof. Hercílio Mertelli – Odontologia, Unimontes.

Prof. Humberto Guido – Filosofia, UFU.

Profª Maria Geralda Almeida, UFG

Prof. Luis Jobim – UERJ.

Prof. Manuel Sarmento – Minho – Portugal.

Prof. Fernando Verdú Pascoal, Valencia – Espanha.

Prof. Antônio Alvimar Souza - Unimontes

Prof. Fernando Lolas Stepke. – Univ. Chile.

Prof. José Geraldo de Freitas Drumond – Unimontes.

Profª Rita de Cássia Silva Dionísio, Letras – Unimontes.

Profª Maisa Tavares de Souza Leite, Enfermagem – Unimontes.

Profª Siomara A. Silva – Educação Física, UFOP.

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carla Roselma Athayde Moraes

Maria Cristina Ruas de Abreu Maia

Waneuza Soares Eulálio

REVISÃO TÉCNICA

Gisléia de Cássia Oliveira

Karen Torres C. Lafetá de Almeida

Viviane Margareth Chaves Pereira Reis

DESIGN EDITORIAL E CONTROLE DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Andréia Santos Dias

Camilla Maria Silva Rodrigues

Fernando Guilherme Veloso Queiroz

Magda Lima de Oliveira

Sanzio Mendonça Henriques

Sônia Maria Oliveira

Wendell Brito Mineiro

Zilmar Santos Cardoso

S678s

Sociologia geral / Daniel Coelho de Oliveira... [et al.]. – 2. ed. / atualizada por Maria da Luz Alves Ferreira. – Montes Claros (MG) : Centro de Educação a Distância/Unimontes : EditoraUnimontes ; [Brasília (DF)] : UAB, 2013.

64 p. : il.

Inclui bibliografia.

Título da capa: Pedagogia Sociologia geral

1. Sociologia. I. Oliveira, Daniel Coelho de. II. Ferreira, Maria da Luz Alves. III. Título.

CDD 301

CDU 316

2013

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDITORIA UNIMONTES

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

s/n - Vila Mauricéia - Montes Claros (MG)

Caixa Postal: 126 - CEP: 39.401-089

Correio eletrônico: editora@unimontes.br - Telefone: (38) 3229-8214



Ministro da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Presidente Geral da CAPES
Jorge Almeida Guimarães

Diretor de Educação a Distância da CAPES
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

Governador do Estado de Minas Gerais
Antônio Augusto Junho Anastasia

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais
Alberto Pinto Coelho Júnior

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Nárcio Rodrigues

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
João dos Reis Canela

Vice-Reitora da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
Maria Ivete Soares de Almeida

Pró-Reitor de Ensino/Unimontes
João Felício Rodrigues Neto

Diretor do Centro de Educação a Distância/Unimontes
Jânio Marques Dias

Coordenadora da UAB/Unimontes
Maria Ângela Lopes Dumont Macedo

Coordenadora Adjunta da UAB/Unimontes
Betânia Maria Araújo Passos

Diretora do Centro de Ciências Biológicas da Saúde - CCBS/Unimontes
Maria das Mercês Borem Correa Machado

Diretor do Centro de Ciências Humanas - CCH/Unimontes
Antônio Wagner Veloso Rocha

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA/Unimontes
Paulo Cesar Mendes Barbosa

Chefe do Departamento de Comunicação e Letras/Unimontes
Sandra Ramos de Oliveira

Chefe do Departamento de Educação/Unimontes
Andréa Lafetá de Melo Franco

Chefe do Departamento de Educação Física/Unimontes
Rogério Othon Teixeira Alves

Chefe do Departamento de Filosofia/Unimontes
Angela Cristina Borges

Chefe do Departamento de Geociências/Unimontes
Antônio Maurílio Alencar Feitosa

Chefe do Departamento de História/Unimontes
Donizette Lima do Nascimento

Chefe do Departamento de Política e Ciências Sociais/Unimontes
Isabel Cristina Barbosa de Brito

Autores

Daniel Coelho de Oliveira

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é professor do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Lúcio Flávio Ferreira Costa

Especialista em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Atualmente é professor do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Maria Ângela Figueiredo Braga

Doutora em Ciências Humanas (Sociologia e Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atualmente é professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Maria da Luz Alves Ferreira

Doutora em Ciências Humanas (Sociologia e Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atualmente é professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Maria Railma Alves

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Atualmente é professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Rômulo Soares Barbosa

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente é professor do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Sumário

Apresentação.....	9
-------------------	---

Unidade 1	11
-----------------	----

O surgimento e a consolidação da Sociologia.....	11
1.1 Introdução.....	11
1.2 Sociologia: aspecto conceitual.....	11
1.3 O conceito do surgimento da Sociologia.....	12
1.4 A Sociologia como ciência.....	14
1.5 O positivismo como uma primeira Sociologia.....	14
1.6 Os autores clássicos da Sociologia e a diversidade na explicação da vida social....	17
Referências.....	17

Unidade 2	19
-----------------	----

A Sociologia de Karl Marx.....	19
2.1 Introdução.....	19
2.2 O contexto geral da obra de Karl Marx.....	19
2.3 Papel do cientista, objeto e método de análise.....	20
2.4 A teoria dos modos de produção social.....	23
2.5 Divisão social do trabalho e classes sociais.....	25
2.6 A análise da sociedade capitalista.....	30
2.7 Luta de classes, mercadoria e mais-valia.....	30
2.8 Conceitos de alienação e ideologia.....	31
2.9 Atualidades do marxismo.....	32
Referências.....	33

Unidade 3	35
-----------------	----

A Sociologia de Émile Durkheim.....	35
3.1 Introdução.....	35
3.2 Vida e obra do autor.....	35
3.3 Diálogo com o positivismo.....	36
3.4 Instituições sociais.....	37
3.5 Patologia social.....	38

3.6 Fatos sociais	38
3.7 Mudança social	39
3.8 Divisão do trabalho social	41
3.9 Tipos de solidariedade social	42
3.10 Considerações sobre o método: a objetividade dos fatos sociais	42
Referências.....	44

Unidade 445

A Sociologia de Max Weber.....	45
4.1 Introdução.....	45
4.2 Biografia de Max Weber.....	45
4.3 Contexto histórico do pensamento weberiano.....	46
4.4 Indivíduo e sociedade na perspectiva weberiana	47
4.5 Especificidade das ciências sociais.....	49
4.6 Subjetividade e objetividade do conhecimento	50
4.7 O que é tipo ideal?	50
4.8 Tipos puros de ação social.....	51
4.9 Relação social.....	52
Referências.....	54

Resumo.....55

Referências básicas, complementares e suplementares59

Atividades de aprendizagem - AA61

Apresentação

Caro (a) acadêmico (a),

Na disciplina Sociologia geral, vamos falar muito das atividades que os homens realizam, bem como das relações sociais. Os homens agem uns com os outros e, por meio da convivência, estabelecem relações sociais. Já reparou? Dia e noite estamos produzindo e interagindo com algum objetivo social, político, econômico e cultural. Dessa imensa produção da vida social resulta as relações sociais, produto das interações dos homens, de suas comunidades, de conhecidos ou desconhecidos, de familiares ou colegas de trabalho, de membros de religiões, enfim, homens que próximos ou distantes estão fazendo a história social.

Discutindo a ementa da disciplina, percebemos que são esses temas que a Sociologia Geral trata, pois propõe estudar os fatos históricos que contextualizam o surgimento da Sociologia e os principais aspectos da metodologia e teoria social de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. São apresentadas as formas e posturas dos clássicos quanto à análise da realidade social e os pressupostos teóricos e metodológicos para observação e análise da realidade pelas ciências sociais. E, ainda, o estudo do homem e o universo sociocultural, analisando as inter-relações entre os diversos fenômenos sociais.

A disciplina Sociologia Geral objetiva, primordialmente, desenvolver um “olhar sociológico” que possibilite a compreensão da complexidade do contexto social no qual se inserem os indivíduos e as organizações sociais. Nesta disciplina, buscamos apresentar a Sociologia como parte das Pedagogia, enfocando o contexto histórico do seu surgimento, com seus principais autores que, inicialmente, propuseram seu objeto de estudo e métodos de análise.

Com os autores clássicos, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, buscaremos os fundamentos teóricos para análise da vida social. As informações abordadas serão fundamentais na discussão dos principais conceitos elaborados pela Sociologia, tais como estrutura social, organização social, instituição social, grupos sociais, socialização, classes sociais e estratificação. É desejável que você discuta os conceitos básicos de Sociologia Geral, conheça as principais escolas/teorias e sua localização na história.

É indiscutível que o conhecimento científico estimula a atitude crítica e, por isso mesmo, em boa medida, contribui para o exercício da cidadania nas sociedades contemporâneas. Ao proceder assim, a Sociologia oferece à sociedade: políticos, organizações civis, movimentos sociais, minorias, enfim, aos atores sociais elementos para melhor compreensão crítica da sua realidade histórica.

A disciplina tem como objetivos:

- Discutir os pressupostos conceituais sobre a análise da vida social e compreender as estratégias adotadas pelos sociólogos para a construção de explicações e interpretações sobre os fenômenos sociais;
- Distinguir as concepções teóricas de realidades sociais, contrapondo e desenvolvendo uma nova visão científica, de natureza sociológica, das práticas da vida cotidiana;
- Compreender as distinções conceituais e as atitudes necessárias ao conhecimento mais objetivo da realidade social;
- Distinguir as diferenças teórico-práticas entre os problemas sociais e o que os sociólogos chamam de problema sociológico.

Significativamente, você vai perceber que a Sociologia é muito importante para a investigação do processo educacional nas sociedades modernas. É importante explicitar, nesta disciplina, que o conhecimento sociológico habilita o educador a compreender a sociedade, seus grupos e instituições sociais.

Assim, você, acadêmico de Pedagogia, deverá ter em mente que a disciplina é muito importante para sua formação humanística/ artística/científica e para maior compreensão da organização social e do processo educativo.

A disciplina Sociologia Geral, para este curso, procura fortalecer a discussão sobre o objeto e o método dos três teóricos clássicos, Marx, Durkheim e Weber, com o objetivo de delinear pontos importantes de suas abordagens, diferenças analíticas, estabelecendo possíveis comparações no que diz respeito às temáticas trabalhadas pelos autores. As discussões realizadas pelos autores são de fundamental importância para a compreensão das demais teorias, principalmente sobre questões pedagógicas.

Esta disciplina tem quatro unidades que estão divididas em tópicos ou subunidades.

UNIDADE 1 – O surgimento e a consolidação da Sociologia

UNIDADE 2 – A Sociologia de Karl Marx

UNIDADE 3 – A Sociologia de Émile Durkheim

UNIDADE 4 – A Sociologia de Max Weber

O texto está estruturado a partir do desenvolvimento das unidades e subunidades. Você deverá perceber que as questões para discussão e reflexão, que acompanham o texto, são muito importantes, bem como as sugestões para transitar do ambiente de aprendizagem ao fórum, para acessar bibliotecas virtuais na web etc. As sugestões e dicas estão localizadas junto ao texto.

A leitura dos textos complementares indicados também é importante, pois apontam os possíveis desenvolvimentos e ampliações para o estudo e a discussão. São recursos que podem ser explorados de maneira eficaz por você, pois buscam promover atividades de observação e de investigação que permitem desenvolver habilidades próprias da análise sociológica e exercitar a leitura e a interpretação de fenômenos sociais e culturais.

Ao planejar esta disciplina, consideramos que essas questões e sugestões seriam fundamentais, de forma a familiarizar o acadêmico, gradativamente, com a visão e procedimentos próprios da disciplina.

Agora é com você. Explore tudo, abra espaços para a interação com os colegas, para o questionamento, para a leitura crítica do texto, bem como para atividades e leituras complementares.

Bom estudo!

Os autores.

UNIDADE 1

O surgimento e a consolidação da Sociologia

Maria Railma Alves

1.1 Introdução

Esta é a primeira unidade da disciplina Sociologia Geral. Mãos à obra. O objetivo central é que você possa conhecer e discutir o contexto do surgimento da Sociologia e quais fatores contribuíram para o seu aparecimento.

Certamente, ao ler o texto, você perceberá que se tratava de um projeto que visava substituir a análise dos fenômenos sociais a partir do senso comum pelo conhecimento científico. Objetiva-se que o acadêmico possa distinguir as concepções rotineiras de realidades sociais, de senso comum, e desenvolver uma nova visão científica, de natureza sociológica, das práticas da vida cotidiana.

Após essa etapa, o texto apresenta uma breve apresentação dos fundadores da Sociologia, de forma que você conheça um pouco da vida e obra desses autores.

Considerando nossa proposta de trabalho, esta primeira unidade abordará o surgimento e a consolidação da Sociologia e foi organizada com as seguintes subunidades:

- 1.2 Sociologia: aspecto conceitual
- 1.3 O contexto do surgimento da Sociologia
- 1.4 A Sociologia como Ciência
- 1.5 O Positivismo como uma primeira Sociologia
- 1.6 Os autores clássicos da Sociologia e a diversidade na explicação da vida social

Também, integradas ao corpo do texto, serão encontradas indicações para estimular o estudo e a apreensão dos temas, bem como aprofundar ou complementar os conhecimentos adquiridos. As indicações estão assim organizadas: para saber mais, dicas de estudo, atividade e glossário.

A utilização de imagens e fotos elucidará as apresentações dos temas – recursos importantes às análises científicas.

1.2 Sociologia: aspecto conceitual

A Sociologia é uma ciência que estuda o comportamento humano e os processos de interação social que interligam o indivíduo em associações, grupos e instituições sociais. Enquanto o indivíduo, na sua singularidade, é estudado pela Psicologia, a Sociologia estuda os fenômenos que ocorrem quando vários indivíduos se encontram em grupos de tamanhos diversos e interagem no seu interior.

Os resultados da pesquisa sociológica não são de interesse apenas de sociólogos. Cobrindo todas as áreas do convívio humano – desde

as relações na família até a organização das grandes empresas, o comportamento político na sociedade até o comportamento religioso –, a Sociologia pode vir a interessar, em diferentes graus de intensidade, a administradores, políticos, empresários, juristas, professores em geral, publicitários, jornalistas, planejadores, sacerdotes, mas também ao homem comum. Um dos maiores interessados na produção e sistematização do conhecimento sociológico é o Estado; no Brasil, ele é o principal financiador de pesquisas desta disciplina científica.

1.3 O conceito do surgimento da Sociologia

Para entendermos os fatores que proporcionaram o surgimento e a consolidação da Pedagogia e da Sociologia, precisamos entender as transformações econômicas, políticas e culturais verificadas no século XVIII.

A revolução industrial e a revolução francesa patrocinam a instalação definitiva da sociedade capitalista. Somente por volta de 1830, um século depois, surgiria a palavra Sociologia, fruto dos acontecimentos das duas

revoluções citadas. Na revolução industrial ocorre a introdução da máquina a vapor e os aperfeiçoamentos dos métodos produtivos, determinando o triunfo das indústrias capitalistas. A concentração de capitais pela burguesia, que assume o controle de máquinas, terras e ferramentas, enfim dos meios de produção, proporciona também a transformação de massas humanas em trabalhadores assalariados.



Figura 1: Fábrica de rede
São Bento, PB

Fonte: Disponível em
<[http://2.bp.blogspot.com/-RnMkPOLr2hE/T9Nd7IZ27zI/AAAAAA-
AAAMM/9_gNPEbClGw/
s1600/coletiva_artesa-
nato_fotos-Ernane-Gomes-21.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-RnMkPOLr2hE/T9Nd7IZ27zI/AAAAAA-
AAAMM/9_gNPEbClGw/
s1600/coletiva_artesa-
nato_fotos-Ernane-Gomes-21.jpg)> Acesso em 23
abr. 2013.

DICA

Para saber mais sobre as Revoluções Francesa e Industrial, acesse o site www.mundosites.net/historiageral

Cada passo do desenvolvimento da sociedade capitalista impulsionava a desintegração e o solapamento de instituições e costumes reinantes do antigo regime feudal, para constituir-se em novas formas de organização social. As máquinas não somente destruíram os pequenos artesãos, mas também os obrigavam a forte disciplina, nova conduta no trabalho e novas relações de trabalho, até então desconhecidas.

Em 80 anos (entre 1780 e 1860), a Inglaterra conseguiu mudar radicalmente sua face. Pequenas cidades passaram a grandes cidades produtoras e exportadoras. Essas bruscas transformações implicariam em nova organização social, ocorridas graças à transformação

da atividade artesanal em manufatureira e, logo depois, em fabril. Outra mudança importante ocorreu quando da migração do campo para a cidade, onde mulheres e crianças foram introduzidas no mercado de trabalho, em jornadas de trabalho desumanas, recebendo salários de subsistência. Esses sujeitos constituíam mais da metade da força de trabalho industrial. Essas cidades se transformaram num verdadeiro caos, uma vez que, sem condições para suportar um vertiginoso crescimento, deram lugar a toda sorte de problemas sociais, tais como surtos e epidemias de tifo e cólera, vícios, prostituição, criminalidade, infanticídio que dizimaram parte das suas populações (MARTINS, 1995).



◀ Figura 2: Mulheres e crianças trabalhando em tecelagens inglesas.

Fonte: Disponível em <http://www.miriamsalles.info/cndvirtual2004/revindus/EX1182.jpg>
Acesso em 23 abr. 2013.

DICA

Para compreender melhor este contexto, sugerimos que você assista ao filme *Danton*, que retrata a Revolução Francesa. É um filme produzido pela França, Polônia e Alemanha Ocidental em 1982. Direção: Andrzej Wajda. Elenco: Gérard Depardieu, Wojciech Pszniak. 131 min. Pole Vídeo. Gênero drama histórico. Após a Revolução Francesa, a França vive uma nova onda de terror. Danton, um dos líderes da revolução, enfrenta o governo na tentativa de mudar a situação. Confiando no apoio popular, ele entra em choque com Robespierre, seu antigo aliado, mas acaba sendo levado a julgamento.

O fenômeno da revolução industrial determinou o aparecimento do proletariado e o papel histórico que ele desempenharia na sociedade capitalista. Seus efeitos catastróficos para a classe trabalhadora geraram sentimentos de revolta, externalizados com a destruição de máquinas, sabotagens, explosão de oficinas, roubos e outros crimes, que deram lugar à criação de associações livres e sindicatos que permitiram o diálogo de classes organizadas, cientes de seus interesses com os proprietários dos instrumentos de trabalho.

O pensamento filosófico do século XVII (Iluminismo) contribuiu para popularizar os avanços do pensamento científico. A teologia deixaria de ser a forma norteadora do pensamento. A autoridade em que se apoiava um dos alicerces da teologia cederia lugar a uma dúvida metódica que possibilitasse um conhecimento objetivo da realidade (BACON, 1561-1626). O novo método de conhecimento (observação e experimentação) ampliaria infinitamente o poder do homem e deveria ser estendido e aplicado ao estudo da sociedade. O visível progresso das formas de pensar, fruto das novas maneiras de pensar e de viver, contribuiria para afastar interpretações fundadas em superstições e crenças infundadas, abrindo espaço para a constituição de um saber científico sobre os fenômenos histórico-sociais.

A burguesia, ao tomar o poder da antiga nobreza feudal, criou um Estado que assegurava sua autonomia diante da Igreja, além de incentivar e proteger a empresa capitalista. Aconteceu, aí, uma liquidação do regime antigo. O Estado confiscou propriedades da Igreja,

suprimiu os votos monásticos e responsabilizou o Estado pela educação. Acabou com antigos privilégios de classe, amparou e incentivou o empresário.

A França, no início do século XIX, ia se tornando uma sociedade industrial, mas o desenvolvimento acarretado por essa industrialização causava aos operários franceses miséria e desemprego. Com a industrialização francesa, conduziu pelo empresariado capitalista, repetem-se determinadas situações sociais vividas pela Inglaterra. A partir da terceira década do século XIX, intensificaram-se na sociedade francesa as crises econômicas e as lutas de classes. A contestação da ordem capitalista feita pela classe trabalhadora passa a ser reprimida, com violência, pelos empresários.

No meio de toda essa confusão, pensadores imaginaram ser necessário fundar uma nova ciência – a Sociologia – que permitisse reorganizar essa sociedade. O surgimento da Sociologia significou o aparecimento da preocupação do homem com o seu mundo e com a sua vida em grupo. Desencadeou-se, então, a preocupação com as regras que organizavam a vida social. Regras que pudessem ser observadas, medidas e comprovadas, capazes de dar ao homem explicações plausíveis, num mundo onde passou a imperar o racionalismo. Regras, enfim, que tornassem possível prever e controlar os fenômenos sociais.

Portanto, o aparecimento da Sociologia significou que as questões concernentes às relações entre homens deixariam de ser apenas matéria religiosa e do senso comum: passaram a interessar, também, aos cientistas.

DICA

Para compreender melhor este contexto, sugerimos que você assista ao filme “Germinal”, que retrata o modo de vida da classe trabalhadora francesa no século XIX. O filme de 1993 destaca um grupo de pessoas no norte da França vitimadas pela redução dos salários. Zola, autor do livro que deu origem ao filme, também descreve as condições de vida e o princípio das organizações política e sindical da classe operária.

ATIVIDADE

O filme Germinal retrata as condições de vida da classe trabalhadora no século XIX. Assista-o e faça correlações com a matéria estudada. Os comentários devem ser postados no fórum de discussão!

Figura 3: Desenho publicado em 1812 mostrando trabalhadores comandados pelo lendário general Ned Ludd destruindo uma tecelagem

Fonte: Disponível em <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/73/Luddite.jpg/200px-Luddite.jpg>> Acesso em 24 abr. 2013.

1.4 A Sociologia como ciência

A Sociologia somente começou a se consolidar como ciência inspirando-se em rigorosos procedimentos de pesquisa, a partir das reflexões de Emile Durkheim (1864-1920). Só então ela adquire forma e vem sendo aperfeiçoada até hoje.

Como ciência, a Sociologia tem de obedecer aos mesmos princípios gerais válidos para todos os ramos do conhecimento científico, perseguindo um corpo de ideias logicamente estruturadas entre si. A Sociologia, portanto, pretende explicar o que acontece na sociedade, como um tipo de conhecimento garantido pela observação sistemática dos fatos, podendo transformar-se em instrumento de intervenção social.

tos é o cerne da teoria científica, é ela que em última instância confirma ou nega a qualidade científica de qualquer explicação da realidade.

Um fator que edifica a Sociologia como ciência é a sua neutralidade valorativa. Portanto, a Sociologia não veio para julgar o que é bom ou mau na sociedade, não é normativa, não dita normas para a sociedade. A Sociologia estuda os valores e as normas que existem, de fato, na sociedade e tenta identificar as relações entre as esferas sociais e outras manifestações da vida social. Ela procura fazer isso sem julgar a sociedade nem os homens e seus atos. O campo da Sociologia não é dizer como a sociedade deve ser, mas constatar e explicar como ela é.

Sendo assim, como sociólogo, e só como tal, esse profissional deve fazer todo esforço que lhe for possível para que os seus valores morais não interfiram preconceituosamente na sua percepção e interpretação da sociedade.

Como foi discutido, anteriormente, a Sociologia estuda manifestações da vida social, porém a atividade do sociólogo não compreende apenas formulações de hipóteses, observação, inferência de generalizações e elaboração de teorias, pois a realidade que está a nossa volta é complexa. Portanto, para estudar fenômenos é preciso, antes de tudo, classificá-los. Sem a percepção das partes não é possível entender a complexa teia de relações sociais que dá unidade a uma grande coletividade humana. Entretanto, a realidade é muito complexa para ser explicada em sua totalidade e a Sociologia não pretende explicar tudo o que acontece na sociedade. Todo conhecimento é seletivo, sendo senso comum ou científico, isto é, limitado a aspectos escolhidos.

A Sociologia, portanto, não se ocupa de todas as regularidades observáveis na sociedade humana, mas apenas daquelas que têm origem nas relações sociais.

Agora que você já sabe o porquê do surgimento da Sociologia, vamos estudar agora as principais escolas do pensamento sociológico.



A Sociologia é, como toda ciência, predominantemente indutiva, isto é, parte da observação sistemática de casos particulares para chegar à formulação de generalizações sobre a vida social. Essa observação sistemática dos fa-

PARA SABER MAIS

O Movimento Ludista (século XIX) consistiu na invasão de fábricas e destruição das máquinas; significou um protesto com relação à máquina em substituição à mão de obra operária.

1.5 O positivismo como uma primeira Sociologia

O século XVIII torna-se conhecido como o século das Luzes, quando se difunde o iluminismo – caracterizado como “uma filosofia

militante de crítica à tradição cultural e institucional, seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em to-

dos os aspectos". Visava, também, "estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da 'luz' contra as 'trevas'" (BINETTI, 1995, p. 605).

Além dos iluministas, surgiram outros pensadores designados como socialistas utópicos ou positivistas. Saint-Simon (1760-1825) é um deles. Esse pensador acreditava que "a base da sociedade é a produção material, a divisão do trabalho e a propriedade" (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.18). Defende a criação de uma ciência do homem ou seja "uma ciência social 'positiva' [que] revelaria a leis do desenvolvimento da história, permitindo uma organização racional da sociedade" (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.18). Quanto à ciência que seria construída nomeou-a de Fisiologia Social, pois ela deveria ocupar a "ação humana, transformadora do meio, e adotar o método positivo das ciências físicas" (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.18).

Herdeiro intelectual de Saint-Simon, do qual tornou-se seu secretário, surge Auguste

Comte (1798-1857) que será chamado de "pai" da Sociologia. Para dar conta de entender a importância de Auguste Comte para as ciências sociais, é necessário remeter aos seus questionamentos "O que é ordem social? Como ela se constitui? Como ela se mantém? Como ela se transforma?" (FERNANDES, 2004, p.12).

Essas questões demandavam uma resposta científica e por isto a importância de Comte, que estruturará sua filosofia baseada na "ideia de que a sociedade só pode ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem" (GIANNOTTI; LEMOS, 1988, p. IX).

Para tanto, Comte dedicou-se a três temas básicos para reflexão, sendo: a) a filosofia da história, também chamada de filosofia positiva ou pensamento positivo; b) classificação das ciências e c) Sociologia – incorporada mais tarde como religião positivista ou catecismo positivista.

O primeiro tema da filosofia de Comte pode ser resumido na Lei dos Três Estados: o Teológico, o Metafísico, o Científico/Positivo.

(...) a passagem necessária de todas as nossas especulações por três estados sucessivos; primeiro, o teológico; em que dominam francamente as ficções espontâneas, desprovidas de qualquer prova; depois, o estado metafísico, caracterizado sobretudo pela preponderância habitual das abstrações personificadas ou entidades; por fim, o estado positivo, sempre fundado numa exata apreciação da realidade exterior, habitual das personificadas ou entidades; por fim, o estado positivo, sempre fundado numa exata apreciação da realidade exterior. (COMTE, 1988, p. 59)

Considerando que os três estados excluem-se mutuamente, é importante observar que, no estado teológico, notam-se características em que o espírito humano guiará suas investigações "para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam", ou seja, os conhecimentos absolutos.

No estado teológico, a apresentação dos fenômenos se dá a partir da produção da ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo. Guarda-se, no estado metafísico, a modificação do primeiro estado, em que "os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, (...) e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados" (COMTE, 1988, p. 4).

Finalmente, no estado positivo, o espírito humano adotará outra atitude, graças ao reconhecimento da "impossibilidade de obter noções absolutas", o que indicará por parte do mesmo um comportamento em que "renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, fracas ao uso bem combinado do raciocínio e da observação" (COMTE, 1988, p. 4).

Em síntese, Comte diz que os estados ou ordens são sucessivos, em que o teológico será substituído pelo metafísico e este será substituído pelo científico ou positivo. A vida social será explicada pela ciência, triunfando sobre todas as outras formas de pensamento.

O quadro a seguir sintetiza os três estados propostos por Comte.

GLOSSÁRIO

Positivismo: movimento que busca o valor das ciências contra as posições de senso comum e filosóficas, ressaltando a experiência e a investigação científica como um único critério da verdade (FGV, 1986, p. 938)

QUADRO 1 - Três estados propostos por Comte

Ordens	Características do modo de pensamento	Exemplos práticos
TEOLÓGICA	Predomina a imaginação; as explicações são impostas pelos dogmas religiosos, ficções e mitos. A compreensão do mundo se dá através das ideias de deuses e espíritos.	A evolução da ordem teológica: Fetichismo Politeísmo Monoteísmo
METAFÍSICA OU FILOSÓFICA	Predomina a argumentação. Ocorre a crítica filosófica, eficaz na construção de uma ordem a partir da crítica aos dogmas religiosos e aos mitos, consequentemente levando à dissolução do teológico. Discute-se: Natureza íntima das coisas Origem e destino Abstrato no lugar do concreto	Na esfera política, corresponderia a uma substituição dos reis pelos juristas.
CIENTÍFICA OU POSITIVA	Predomina a observação. A realidade é cientificamente concebida. Ocorre então a investigação do real, do certo, do indubitável, do determinado e do útil para a sociedade. A previsibilidade científica ocorre com o desenvolvimento das técnicas.	A sociedade busca respostas científicas para todos os fenômenos. A ciência, a indústria, a urbanização e o Estado representam o mais elevado espírito evolutivo da sociedade. Previsibilidade: ver (observar) para prever.

Fonte: Elaboração própria.

O segundo tema é a classificação das ciências, apresentadas em ordem crescente de importância, por Comte: astronomia, física, química, biologia e Sociologia. Esta última é a mais importante e mais complexa das ciências, pois é responsável pela educação moral da humanidade, pela reforma intelectual do homem. Comte lembra ainda que “é unicamente pela observação aprofundada desses fatos que se pode atingir o conhecimento das Leis Lógicas” (COMTE, 1988, p.10).

Podemos destacar a Sociologia como o terceiro tema trabalhado por Comte, que argumentava a urgência e a importância da constituição da física social da seguinte forma: “já agora que o espírito humano fundou a física celeste, a física terrestre, quer mecânica, quer química; a física orgânica, seja vegetal, seja animal, resta-lhe, para terminar o sistema das ciências de observação, fundar a física social” (COMTE, 1988, p. 9).

O pensador não só assinala a importância, mas também a evidência de que a ciência social é a mais importante de todas, sobretudo porque fornece o único elo, ao mesmo tempo lógico e científico que, de agora em diante, comporta o conjunto de nossas contemplações reais (COMTE, 1988).

Ao analisar os tipos de movimentos vitais da sociedade, dois aspectos ou duas ópticas fundamentais se destacam: a estática e a dinâmica.

A estática corresponde à ordem moral vigente na sociedade, e a dinâmica do pro-

gresso, representado pela urbanização, industrialização, etc. Ambas se complementam, mas é importante destacar que ORDEM e PROGRESSO são fundamentais se o primeiro regular o segundo; caso contrário, teremos crises sociais e uma sociedade “doente”, debilitada de regras e valores morais capazes de garantir a coesão social. Com essa ideia, Comte propõe estudar as instituições sociais responsáveis pela ordem e pelo progresso, a estática e a dinâmica social, influenciando toda uma geração de intelectuais nos séculos XIX e XX.

Comte preocupou-se também com a educação, propôs a “reforma geral da educação” – chamando atenção para “a necessidade de substituir nossa educação europeia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação positiva, conforme ao espírito de nossa época e adaptada às necessidades da civilização moderna” (COMTE, 1988, p.15).

No Brasil, a influência do positivismo ocorreu a partir da relação exercida da doutrina sobre o conhecimento e sobre a natureza do pensamento científico; influenciou também outras tendências políticas, além das políticas públicas e até a bandeira nacional com o lema ordem e progresso.

Na verdade, o método positivista encontrou, em certa medida, condições culturais favoráveis para seu desenvolvimento não apenas na Europa, mas também em países de menor tradição cultural e carentes de ideo-

logia para seus anseios de desenvolvimento, como ocorreu na América do Sul e sobretudo no Brasil (GIANNOTTI; LEMOS, 1988, p. XIV) .

Agora que já estudamos sobre o Positivismo, vamos estudar as matrizes da Sociologia Clássica.

1.6 Os autores clássicos da Sociologia e a diversidade na explicação da vida social

A Sociologia não é uma ciência de apenas uma orientação teórico-metodológica dominante. Ela traz diferentes estudos e diferentes caminhos para a explicação da realidade social. Assim, pode-se claramente observar que a Sociologia tem ao menos três linhas mestras explicativas, fundadas pelos seus autores clássicos.

A primeira delas, corrente de explicação sociológica, é dialética e crítica, iniciada por Karl Marx (1818-1883) que, mesmo não sendo um sociólogo, deu início a uma profícua linha de explicação sociológica. Também é possível encontrar a influência de Marx em várias outras áreas, tais como: filosofia e história, já que o conhecimento humano, em sua época, não estava fragmentado em diversas especialidades da forma como se encontra hoje. Teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário. Juntos (Marx e o movimento operário) influenciaram outros movimentos durante o período em que o autor viveu. Atualmente é bastante difícil analisar a sociedade humana sem se referenciar, em maior ou menor grau, à produção de Karl Marx, mesmo que a pessoa não seja simpática à ideologia construída em torno do pensamento intelectual dele, principalmente em relação aos seus conceitos econômicos.

A segunda corrente é a Positivista-Fun-

cionalista, tendo como fundador Auguste Comte; seu principal expoente clássico é Émile Durkheim.

Emile Durkheim (1858-1917) (15 de abril de 1858 – 15 de novembro de 1917) é considerado um dos pais da Sociologia moderna. Foi o fundador da escola francesa de Sociologia. Combinava a pesquisa empírica com a teoria sociológica. É reconhecido como um dos melhores teóricos do conceito de coesão social. A Sociologia fortaleceu-se graças a Durkheim e seus seguidores.

A terceira corrente sociológica tem seu maior expoente em Max Weber (1864-1920) (ou Maximilian Carl Emil Weber – 21 de Abril de 1864 – 14 de Junho de 1920). Além de jurista, era economista. Desenvolveu estudos de direito, Filosofia, História e Sociologia, constantemente interrompidos por uma doença renal que o acompanhou por toda a vida. Sua maior influência nos ramos da Sociologia foi o estudo das religiões, estabelecendo relações entre formações políticas e crenças religiosas.

Essas três matrizes explicativas, originadas por esses três principais autores clássicos, originaram quase todos os posteriores desenvolvimentos da Sociologia, levando à sua consolidação como disciplina acadêmica já no início do século XX.

PARA SABER MAIS

Conclui-se que a atividade científica é, simultaneamente, racional com relação às suas finalidades – a verdade científica – e racional com relação a valores – a busca da verdade. A obrigação de dizer a verdade é, enfim, parte de uma ética absoluta que se impõe, sem qualquer condição, aos cientistas (QUINTANEIRO, ET AL. 2009 p. 109)

PARA SABER MAIS

Marx propôs como método a dialética porque: “Este método de abordagem da vida social foi denominado posteriormente de materialismo histórico. De acordo com tal concepção, as relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações. (QUINTANEIRO ET ALL. 2009 p. 31)

GLOSSÁRIO

Funcionalismo: Escola teórica dentro da Sociologia em que suas investigações buscam explicar as instituições sociais e culturais a partir da sua função social, ou seja, contribuir para a manutenção da ordem social. Exemplo de autores funcionalistas na Sociologia: Talcott Parsons, Emile Durkheim e Robert Merton (LALLEMENT, 2004)

Referências

BINETI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 1. Tradução de João Ferreira. 8. ed. Brasília: Editora UNB, 1995. p. 605-611.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**: discurso sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 43- 61.

COSTA, Cristina C. **Sociologia**: Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

FERNANDES, Florestan. A Herança Intelectual da Sociologia. In: MARTINS, José Souza. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à Sociologia. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004, p. 09-17.

GIANNOTTI, José Arthur; LEMOS, Miguel. Introdução In: COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**: discurso sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. Tradução de Jose Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 43- 61.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: de Parsons aos contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 08-98.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

UNIDADE 2

A Sociologia de Karl Marx

Lúcio Flávio Ferreira Costa
Maria Ângela Figueiredo Braga
Maria da Luz Alves Ferreira

2.1 Introdução

Caros acadêmicos, na primeira unidade vocês foram apresentados ao surgimento da Sociologia, com destaque para as condições históricas e as condições intelectuais que possibilitaram o surgimento da ciência da sociedade, bem como os principais autores das primeiras escolas do pensamento sociológico como: Auguste Comte, Saint-Simon, Owen, entre outros. Desses, somente August Comte foi apresentado.

Nesta unidade vamos introduzi-lo ao pensamento de Karl Marx, um autor muito importante dentro das matrizes da Sociologia clássica, juntamente com Emile Durkheim e Max Weber.

A Sociologia de Marx é, com certeza, uma das grandes contribuições para a compreensão da evolução das sociedades, desde as comunidades primitivas até o comunismo. Embora o objetivo do autor tenha sido fazer uma crítica radical à sociedade capitalista, destacando seus antagonismos e contradições, ele nos presenteia com uma belíssima análise sociológica, mostrando como a sociedade se desenvolveu desde o seu início, as comunidades primitivas, passando pelo escravismo, pelo feudalismo, pelo capitalismo, pelo socialismo e finalmente pelo comunismo que, na visão do autor, era o maior grau de evolução da sociedade humana.

Para facilitar a compreensão de vocês em relação ao autor, a unidade será dividida da seguinte maneira:

- 2.2 O contexto geral da obra de Karl Marx
- 2.3 Papel do cientista, objeto e método de análise Dialética
- 2.4 A Teoria dos modos de produção social
- 2.5 A divisão social do trabalho e classes sociais
- 2.6 A análise da sociedade capitalista
- 2.7 Luta de classes, mercadoria e mais-valia
- 2.8 Conceitos de alienação e ideologia
- 2.9 Atualidades do marxismo

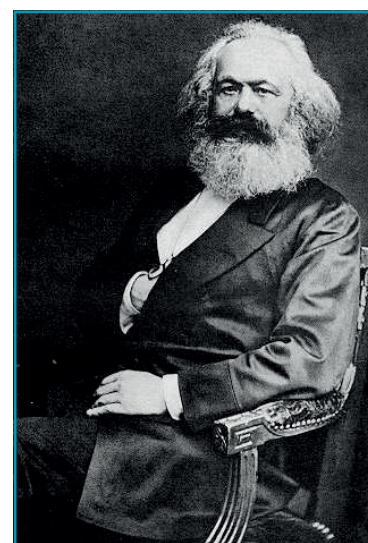


Figura 4: Karl Marx

Fonte: Disponível em
<<http://blog.cancao-nova.com/fatimahoje/files/2007/12/karl-marx.jpg>> Acesso em 24 abr. 2013.

2.2 O contexto geral da obra de Karl Marx

Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), compõe a escola crítica que, como o próprio nome evidencia, ocupou-se de criticar radicalmente a sociedade capitalista, denunciando seus antagonismos e exploração de classes, na medida em que a classe dona dos meios de produção expropriava a classe que não era dona dos meios de produ-

ção. Ao mesmo tempo, propunha como única possibilidade de realização para a sociedade humana a instauração de uma sociedade em que não houvesse nem classes e tampouco a exploração de uma classe sobre outra.

Marx teve parte de sua formação intelectual na Alemanha, onde ingressou e concluiu seus estudos em Direito, nas Universidades de

PARA SABER MAIS

As classes sociais identificadas por Karl Marx ao longo da história foram: no Escravismo: escravos x senhores de escravos; no Feudalismo: Senhores feudais x servos; no Capitalismo: Burguesia x proletariado. O autor trabalhava a partir da polarização entre duas classes antagônicas.

Bonn e Berlim. Em 1841, defendeu sua tese de doutorado com apenas 23 anos de idade, na área de filosofia, com a tese “As diferenças da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro”, cuja temática versava sobre o materialismo na antiguidade grega (COSTA, 1997).

Paralelamente à produção intelectual, ele dedicou-se ao jornalismo; foi editor chefe de um jornal chamado a Gazeta Renana. Ao deixar esse cargo, intensificou seus estudos, bem como a sua militância política e intelectual no eixo Paris-Bruxelas-Londres, cenários de grande parte da sua produção científica onde, juntamente com Engels, construiu uma obra monumental que objetivava analisar, criticar e lutar para a transformação radical da sociedade capitalista. Vale ressaltar que Engels, quando estudante, adere a ideias de esquerda, o que o leva a aproximar-se de Marx. Engels foi um grande colaborador da

obra de Marx, escrevendo com ele vários textos importantes, mas também publicando vários textos sozinho.

O quadro sociopolítico em que o referido autor viveu, tanto em sua juventude, na Alemanha, quanto na sua passagem pelas capitais Paris, Bruxelas e Londres, foi marcado por elementos importantes: 1) no âmbito político, o processo tardio de unificação liberal-burguesa vivido pela Alemanha a partir de 1830; 2) na esfera intelectual, a tradição filosófica alemã vinda de autores como Kant e Hegel, fomentadores de uma atitude antipositivista, expressas nas diferentes análises de Marx. A influência hegeliana na formação intelectual de Marx impactou profundamente a estruturação do seu pensamento, assim como sua experiência de vida na França e na Inglaterra, países em que a industrialização estava em estágios mais avançados do que na Alemanha (ARON, 2005).

2.3 Papel do cientista, objeto e método de análise

Marx analisa a história das sociedades em diversas etapas de desenvolvimento, e em especial a sociedade capitalista. Ele aborda o desenvolvimento histórico a partir de dois aspectos teórico-metodológicos: o materialismo histórico e a dialética.

A dialética é a base filosófica do arcabouço teórico marxista. Através da dialética, busca-se explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, representando uma explicação teórica avançada. Karl Marx, ao adotar como método de análise o materialismo histórico, propôs um instrumento eficaz para a leitura e caracterização da vida

em sociedade e, ainda, da prática social dos homens em todos os períodos históricos, das comunas primitivas até o capitalismo. O modo de pensar dialeticamente de Marx, na verdade transformou-se em uma crítica à dialética dos jovens hegelianos e de L. Feuerbach. Marx criticou esses últimos porque buscaram demonstrar a História como resultado das ideologias e também a presença de heróis. Já Marx enfatizou explicações sobre as formações socioeconômicas e as relações de produção como os fundamentos verdadeiros das sociedades. E por isto o nome materialismo histórico.

Para ele, existiam leis universais que regiam o desenvolvimento da história:

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Estas bases são, pois verificáveis por via puramente empírica. A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza. Não podemos, naturalmente, fazer aqui um estudo mais profundo da própria constituição física do homem, nem das condições naturais que já vem prontas, condições geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras. Toda a historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história (MARX ; ENGELS, 1992, p. 12-13).

Para elaborar a teoria do Materialismo Histórico, Marx refletiu três fontes e recebeu influências que atuaram no desenvolvimento

do seu pensamento:

- A filosofia idealista clássica alemã de Kant, Schelling, Fichte e de Hegel: após a

leitura crítica do idealismo de Hegel, Marx começou a assimilar uma aplicação própria do método dialético;

- O socialismo utópico francês e Inglês: Marx fez uma crítica aos seus principais representantes: Saint-Simon, Fourier, Proudhon e Owen na Inglaterra. Na perspectiva dele, eram socialistas utópicos, mas aproveitou suas bases para elaboração da sua teoria do socialismo científico;
- A economia política clássica inglesa: da leitura da obra de Adam Smith, Marx elaborou a economia política burguesa, fundada no pensamento econômico liberal (ARON, 2005).

De acordo com essa perspectiva, “aplicada aos fenômenos historicamente produzidos, a ótica dialética cuida de apontar as contradições constitutivas da vida social que resulta de uma determinada ordem” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 65). Portanto, Marx era contrário a Hegel, que pressupunha que o pensamento era a “forma fenomenética da ideia”, defendendo o argumento de que “o pensamento

era reflexo do movimento real, transplantado para o cérebro do homem” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 65). Em sua essência, o capitalismo representa um sistema que mercantiliza as relações, as pessoas e também as coisas. Ele identificou no proletariado o sujeito capaz de realizar a grande mudança, ou seja, superar essa forma de sociedade. Nesse contexto, o centro do pensamento de Karl Marx era a interpretação do regime capitalista como contraditório, isto é, dominado pela luta de classes, motor da história, sendo a luta de classes o objeto de análise do autor, que vincula a crítica da sociedade à ação política.

Marx sustentava o argumento de que toda a história da sociedade humana era a história da luta de classes. Portanto, escravos e senhores, servos e senhores feudais, proletariado e burguesia estariam em luta constante, na medida em que historicamente a classe dominante – senhores de escravos, senhores feudais e burguesia – entravam em luta com a classe dominada para continuar com o seu domínio de classe. De acordo com os autores,

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1992, p. 47).

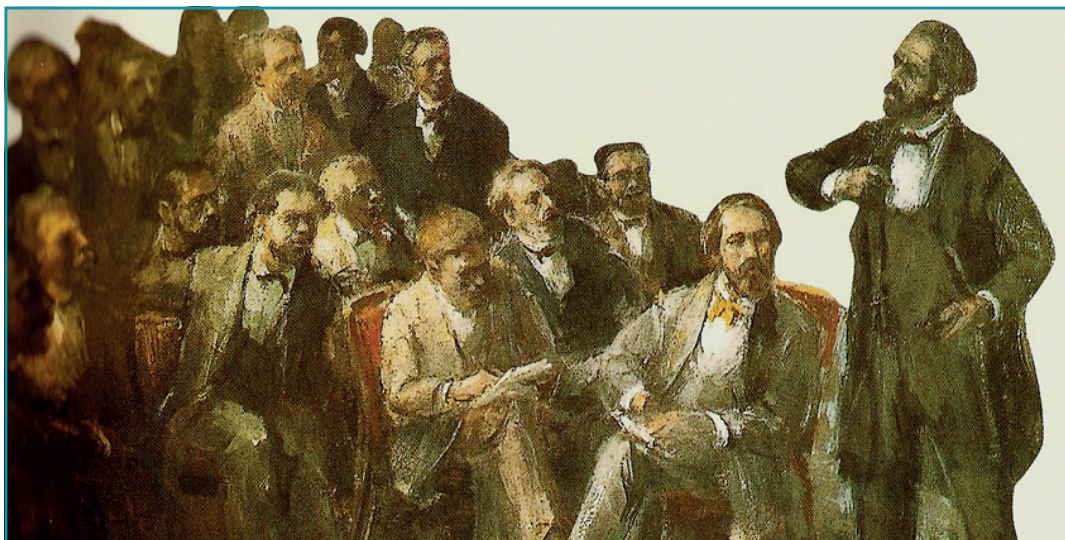
Para Karl Marx, a análise social do materialismo histórico considera que as relações materiais que os indivíduos estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas outras relações sociais. Nesse contexto, em todas as formações – política, econômica e social –, a posição dos indivíduos em relação à propriedade ou não dos meios de produção seria determinante de todas as demais relações sociais.

Na visão do autor, o conhecimento e a

ciência deviam assumir um papel político absolutamente crítico em relação ao capitalismo, devendo ser instrumento de compreensão e de transformação radical da sociedade. Portanto, os estudos não deviam concentrar-se na descrição, mas a análise de como a sociedade é produzida, reproduzida ao longo da história e como os homens, ao longo de sua existência, vão sendo mercantilizados, e o capitalismo torna-se transparente; é desvendado por suas análises.

DICA

Sugerimos como aprofundamento a leitura do livro “A Ideologia Alemã”, que representa a base do materialismo histórico. Nessa obra, Marx e Engels fazem as suas críticas aos outros pensadores idealistas alemães.



◀ Figura 5: Marx discursando na primeira internacional

Fonte: Marxists Internet Archive. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/marx/photo/art/marx-to-communist-league.jpg>> Acesso em 23 abr. 2013.

Partindo desse pressuposto, o pensador defendia o argumento de que o papel do cientista social seria o de participar ativamente dos atos de transformação da sociedade capitalista, através do desempenho de uma função política revolucionária, posicionando-se ao lado das lutas do proletariado, sendo um observador participante e militante.

a) Dialética

Marx trabalha em suas obras com o método dialético e o materialismo histórico. A dialética significava para os filósofos gregos antigos a arte de discutir ou a argumentação dialogada e, para Marx, é pensar o movimento. Para ele, pensar as mudanças naturais e sociais a partir da dialética é o mesmo que acreditar que no universo tudo é movimento e transformação.

Para entendermos a dialética em Marx e Engels, é preciso buscar a discussão em Hegel. Para esse autor alemão, a dialética aborda o movimento do espírito e se realiza

segundo um conjunto de três elementos inter-relacionados:

- A tese é a ideia inicial ou a afirmação de uma ideia;
- A antítese, a negação da tese (afirmação de uma ideia oposta, mas relacionada à tese);
- E a síntese, a negação da antítese, ou negação da negação. A síntese decorre da resolução dessa contradição numa nova ideia que englobe elementos das duas anteriores. Isso significa que a tese é a uma nova unidade que pode ser negada e, no processo de negação, torna-se antítese, resultando em mudanças que se tornarão uma síntese, ou uma nova tese.

Esses são os elementos principais do sistema idealista hegeliano. Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels, foram os fundadores do materialismo dialético, o qual inverte o sistema idealista hegeliano, postulando que não é o pensamento que determina as condições materiais, mas as condições materiais que determinam o pensamento.

Aqui não partimos daquilo que os homens dizem, imaginam, crêem, nem muito menos de que são nas palavras, pensamento, imaginação e representação de outrem, para atingir finalmente os homens em carne e osso. Não, aqui partimos dos homens tomados em sua atividade real, segundo o seu processo real de vida, representando também o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo vital (MARX ; ANGELS, 1992, p. 51).

PARA SABER MAIS

Nos primeiros anos da década de 1860, acontecimentos espetaculares ocorridos no cenário internacional fizeram com que lideranças sindicais e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse os sentimentos universais em favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas. O resultado disso foi a criação da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores em Londres, no ano de 1864.

Para Marx e Engels, a dialética é a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior quanto do pensamento humano. A grande ideia fundamental é que o mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, bem como seus reflexos mentais no nosso cérebro, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações.

Aplicando esse princípio ao processo de produção da vida social e ao processo histórico, esses autores concluem que o homem, a partir do trabalho, realiza a produção das suas necessidades e, ao mesmo tempo, cria a sociedade. Portanto, as transformações que o homem realiza (tanto materiais quanto de

ideias) são partes de um processo dialético. De acordo com essa concepção, não são as ideias ou os valores que os seres humanos guardam que são as principais fontes da mudança social. Em vez disso, a mudança social é estimulada primeiramente por influências econômicas (GIDDENS, 2005, p. 32).

Portanto, os processos naturais e sociais não são coisas perfeitas e acabadas, estão em constante movimento, transformação, desenvolvimento e renovação e não em estagnação e imutabilidade. Logo, o mundo não pode ser entendido como um conjunto de coisas pré-fabricadas, mas como um complexo de processos. Karl Marx faz da dialética um instrumento de análise e crítica social, com a finalidade não de interpretar o mundo, mas de transformá-lo.

QUADRO 2 - Exemplo de dialética para Karl Marx

Tese	Antítese	Síntese
Sociedade feudal →	Transformações: negação das instituições feudais →	Sociedade Capitalista →

Fonte: Elaboração própria.

2.4 A teoria dos modos de produção social

Marx aplicou a dialética na análise histórica, criando o materialismo histórico, ou uma teoria para explicar as sociedades.

O materialismo histórico deve ser entendido como recurso metodológico para compreensão da história da humanidade, do seu desenvolvimento, de determinadas sociedades (formações sociais) em determinadas épocas históricas.

As referências obrigatórias para se compreender como Marx trata o problema da

evolução da sociedade são os livros *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1977) e *A ideologia Alemã* (1992). Essas obras são trabalhos preliminares de *O Capital* e constituem-se nas mais sistemáticas tentativas de enfrentar o problema da evolução social da sociedade humana. Ambos são bastante citados por inúmeros cientistas sociais por apresentarem as ideias centrais do que Marx denominou o “fio condutor” da análise do desenvolvimento histórico.

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida (...)

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (MARX, 1977, p. 301).

As forças produtivas materiais da sociedade e as relações de produção formam uma unidade. Essa unidade romperá quando as forças produtivas se desenvolverem e exigirem novas relações sociais de produção. Assim, uma época de revolução social surgirá.

É preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção (...) e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (MARX, 1977, p. 302).

Não se pode julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo. Não se pode julgar épocas históricas pela sua consciência. Deve-se explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter. Relações sociais de produção novas não surgirão antes que as condições materiais de existência dessas relações se produzam e estejam desenvolvidas no seio da velha sociedade (MARX, 1977, p. 302).

Os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser classificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. Envolvem

forças produtivas e, por conseguinte, relações sociais de produção correspondentes a cada uma das épocas históricas.

As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social – contradição não individual – que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No seio da sociedade burguesa, as forças produtivas (antagônicas) se desenvolvem e criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para solução desse antagonismo (MARX, 1977, p. 302).

Marx e Engels (1987, p.3) iniciam a primeira parte do manifesto comunista com a seguinte frase: “A história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias é a história da luta de classes”. Ainda que Marx concentrasse grande parte de sua atenção no capitalismo e na so-

PARA SABER MAIS

Do comunismo primitivo ao comunismo. Segundo Marx, a história da sociedade humana segue uma evolução balizada por cinco etapas importantes: a comunidade primitiva (não existe ainda a propriedade privada), o regime escravista (surge a dominação do homem sobre o homem), o regime feudal (o mais importante é a propriedade de terras e começam a ganhar vigor as forças produtivas), o capitalismo (propriedade privada dos meios de produção), o socialismo (socialização dos meios de produção) e, afinal, o comunismo).
Fonte: LALLEMENT, 2003, p.119.

cidade moderna, ele também examinou como as sociedades haviam se desenvolvido ao longo do curso da história. De acordo com Marx, os sistemas sociais fazem a transição de um modo de produção a outro – algumas vezes gradual-

mente e algumas vezes através da revolução – como resultado de contradições em suas economias. Os conflitos de classes proporcionam a motivação para o desenvolvimento histórico – eles são o “motor da história”.

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1983, p. 24).

O mundo concreto para Marx é a contradição, uma unidade de múltiplas determinações. Para se compreender a sociedade, faz-se necessário entender as estruturas que determinam a ação humana. Como as formas de produção variam, as relações sociais também

se alteram, configurando sociedades num estágio histórico determinado: sociedade antiga, sociedade feudal, sociedade burguesa... A cada uma delas corresponde um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade.

QUADRO 3 - Modos de produção indetificados por Karl Marx

Modos de produção						
Primitivo	Antigo	Escravista	Feudal	Capitalista	Socialista	Comunista

Fonte: Elaboração própria

A preocupação do autor é estabelecer o mecanismo geral de todas as transformações sociais, bem como da formação de relações sociais de produção que corresponde a um estágio definido do desenvolvimento das forças produtivas materiais, o desenvolvimento periódico de conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, as épocas de revolução social em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas.

Karl Marx analisa o homem como um animal social, que cria e recria sua existência

servindo-se da natureza e transformando-a pelo trabalho. Ao transformar a matéria-prima em produtos manufaturados e/ou industrializados, o homem desenvolve a cooperação e uma divisão social do trabalho; esta, aliada ao excedente, possibilita a troca. Inicialmente, tanto a produção quanto a troca tem apenas a finalidade de uso, ou seja, a manutenção do produtor e de sua comunidade.

O autor se ocupa das relações que os homens estabelecem entre si, resultante da especialização do trabalho (troca). Essas relações se tornam cada vez mais sofisticadas, até que a invenção do dinheiro, a produção de mercadorias e a troca permitam a acumulação de capital.

Ele destaca, ainda, que a dupla relação de trabalho-propriedade é progressivamente rompida na medida em que o homem afasta de sua relação primitiva com a natureza. tal relação assume a forma de uma progressiva separação entre o capital e o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização/separação entre os meios e os objetos de trabalho, consequentemente, a separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural de trabalho.

Essa separação se completa no capitalismo quando o trabalhador é reduzido a simples força de trabalho. Inversamente, a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção inteiramente divorciados do trabalho, culminando na separação total entre o uso e a troca.



Para Marx, o desenvolvimento econômico não pode ser visto simplesmente como um crescimento econômico e muito menos decompor-se numa variedade de fatores isolados (produtividade ou taxa de acumulação de capital), pois, segundo ele, as relações sociais de produção e as forças produtivas materiais não podem ser separadas. O exemplo que o autor dá é o estado de vários modos de produção pré-capitalista. Entende que é errado conceber o materialismo histórico como uma interpretação econômica ou sociológica da história.

Em Marx, é o conjunto das relações de produção, constituído pela estrutura econômica da sociedade, que representa a base concreta, a infraestrutura sobre a qual se constitui a superestrutura jurídica e política, que correspondem às formas de consciência social de-

terminada. Para o autor, o modo de produção da vida material dos homens condiciona, em geral, todo o processo de vida social, política e intelectual.

O Materialismo histórico nos permite, pela primeira vez, estudar com precisão as condições sociais da vida das massas e as modificações dessas condições. Na sua visão, o marxismo abriu caminho para o estudo global e universal do processo de gênese do desenvolvimento e de declínio das formações econômicas e sociais. O exame do conjunto das tendências contraditórias, reduzindo-as às condições de existência e de produção claramente determinadas, das diversas classes da sociedade e, assim, afastando o subjetivismo ao considerar que somos nós os “artífices da história” (LÊNIN, 1980).

2.5 Divisão social do trabalho e classes sociais

Na concepção de Marx, se o trabalho é condição de existência humana, a divisão do trabalho significou o surgimento da sociedade. Condicionado por suas necessidades, o homem desenvolveu determinadas atividades produtivas das quais emergiram relações sociais convergentes com os estágios históricos de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho. A mesma correspondência define todas as formas de ideias, de consciência e de representações da vida social.

Para Marx, o grau de desenvolvimento de uma sociedade somente pode ser percebido a partir do reconhecimento do grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, pela divisão do trabalho e pelas relações sociais moldadas em cada sociedade. Os homens são condicionados pelo desenvolvimento do modo de produção da vida material; conseqüentemente, a formação das classes sociais em cada período histórico depende das relações sociais de produção. As relações sociais se desenvolvem na medida em que os homens procuram satisfazer suas necessidades materiais.

Portanto, os homens são produtos das circunstâncias, pois criam e alteram suas bases de existência social, quando a ação humana pode alterar o conjunto das relações sociais.

Nesse sentido, toda a história da humanidade deve partir da análise dos processos em que o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo transforma a si mesmo. Não se trata apenas da existência física, mas da reprodução

das suas condições de existência.

Para Marx, o grau de desenvolvimento de uma sociedade somente pode ser percebido a partir do reconhecimento do grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, pela divisão do trabalho e pelas relações internas e externas que moldam suas estruturas. Os homens são condicionados pelo desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais e pelas relações a elas correspondentes em todas as suas formas. A cada novo estágio de divisão do trabalho “alteram-se as relações dos indivíduos entre si, no tocante às coisas, instrumentos e produtos de trabalho” (MARX; ENGELS, 1992, p. 47).

A divisão social do trabalho existe em todos os tipos de sociedade e tem origem nas diferenças da fisiologia humana, diferenças estas que são usadas para favorecer determinados fins, dependendo das relações sociais predominantes na sociedade concreta. Isto é o reconhecimento de que diferentes grupos sociais têm especificidades quanto a suas formas de garantir a sobrevivência, o que implica em diferentes tipos de relações sociais estabelecidas em diferentes ambientes de produção das necessidades humanas. Nesse sentido, Marx estabelece as formas pelas quais a humanidade impulsionou a especialização da produção e, portanto, a divisão do trabalho.

Em *A Ideologia Alemã* (1992), Marx identificou as etapas da divisão social do trabalho, correspondendo às distintas formas de pro-

PARA SABER MAIS

Esta segunda forma de propriedade tem sua origem na formação das cidades pela união, por acordo ou conquistas de grupos tribais. Continua a existência da escravidão. A divisão social do trabalho já é bastante complexa entre a indústria e comércio exterior; entre homens livres e escravos. A sociedade romana, durante o império romano, representa o último estágio de desenvolvimento nessa fase de evolução.

priedade: os estágios do desenvolvimento da divisão do trabalho têm seus respectivos correspondentes com as formas de propriedade. A primeira delas é a propriedade da tribo, e a divisão do trabalho corresponde à extensão da divisão natural do trabalho. Na comunidade tribal, a divisão do trabalho se baseia primeiramente na diferença dos sexos para, em seguida, tomar por base as diferenças das forças físicas entre os indivíduos de ambos os sexos.

Esse tipo de propriedade era caracterizado por estágio de não desenvolvido da produção; as pessoas se alimentavam através da caça, da pesca e da criação de animais. A estrutura social baseia-se no desenvolvimento e na modificação do grupo de parentesco e na divisão interna do trabalho. Nesse modo de produção social, tudo que era produzido era de uso coletivo e as trocas entre as tribos e/ou bandos eram equitativas, ou seja, o que definia o valor de um produto era a necessidade de alguma pessoa.

Com o avanço da sociedade e consequente aperfeiçoamento da produção, as pessoas começaram a produzir mais do que o necessário para sobreviver. A partir desse momento, as tribos e/ou bandos começaram a guerrear entre

si para dominar o excedente da produção e os grupos vencedores transformavam os grupos vencidos em escravos. Em decorrência, surgem as classes sociais e a propriedade privada dos meios de produção. Essa nova realidade culmina com o surgimento da escravidão, que tem origem no aumento da população, incremento de relações externas, representadas pela guerra e pelo escambo. Ocorre também a separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, bem como a distinção e a oposição entre a cidade e o campo.

A segunda forma de propriedade é a propriedade antiga, comunal e propriedade do Estado, resultado da associação de tribos em uma cidade, por contrato e por conquista.

A divisão do trabalho já demonstra a separação entre cidade e campo, o desenvolvimento da propriedade privada e das relações de classe entre cidadãos, guerreiros, coletores de impostos, clero, escravos, trabalhadores livres etc. Nota-se que do princípio do desenvolvimento da propriedade privada surge, pela primeira vez, as relações que reencontraremos na propriedade privada moderna.

Figura 6: Nas comunidades primitivas, as pessoas viviam em bandos e tudo que era caçado ou coletado era apropriado por toda a comunidade

Fonte: Disponível em <http://www.eb23-cmdt-conceicao-ilva.rcts.pt/sev/hgp/3.recolectores.jpg> Acesso em 24 abr. 2013.



Assim, a divisão do trabalho desenvolve-se, não mais como na primeira divisão sexual e depois natural, em virtude das disposições naturais. Para Marx, a divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão social do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre trabalho material e intelectual.

A distribuição de tarefas entre os indivíduos ou grupos é produto da sociedade e

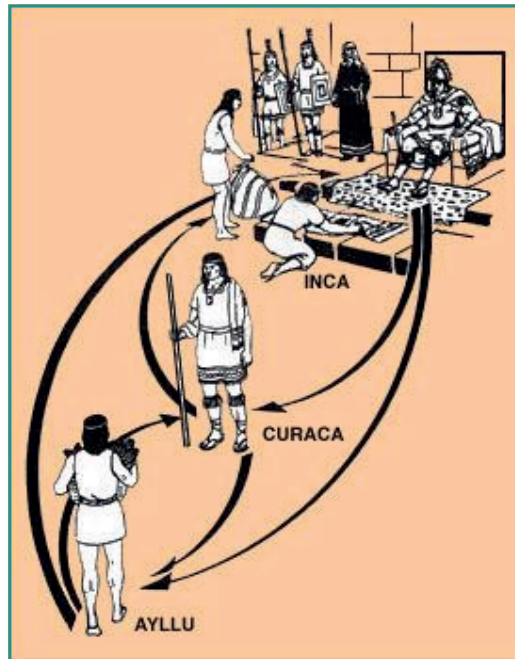
expressa as condições históricas e sociais de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedade. “Igualmente, a divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: enuncia-se, na primeira, em relação à atividade, aquilo que se anuncia e, na segunda, em relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 1992, p. 57).

A terceira forma é a propriedade feudal ou por ordens. É caracterizada pelo trabalho servil, repousada sobre a classe dos camponeses avassalados, cuja estrutura da propriedade da terra reproduziu as estruturas sociais e de dominação da nobreza sobre os servos. As relações entre as classes no feudalismo reproduzem essa estrutura, acrescentando, ainda, o clero.

Nos últimos séculos da vigência da sociedade feudal na Europa, ocorre o surgimento das cidades, dos burgos, as oficinas com a “organização feudal das profissões”, reproduzindo quase que nas mesmas condições aquelas desigualdades existentes no campo. Com a revolução comercial, o surgimento das manufaturas, a divisão entre o comércio e a indústria acontece na medida em que as cidades proporcionam o desenvolvimento das relações de troca e intercâmbio entre elas. (MARX; ENGELS, 1992, p. 47-48).

Na propriedade feudal ou por estamentos, o ponto de partida da organização social era a área rural e não a cidade. Nesse cenário, havia os senhores feudais e suas propriedades de um lado, de outro, havia os servos, que constituíam a classe explorada. Nesse modo de produção social, há o surgimento de uma divisão de trabalho paralela nas cidades, cuja forma básica de propriedade era o trabalho privado dos indivíduos, as guildas dos mestres e artesãos. Caracteriza-se, ainda, pelo surgimento do comércio. A divisão do trabalho era pouco desenvolvida no feudalismo, mas expressava-se principalmente na rígida separação dos vários “estamentos” (príncipes, nobres, clero e camponeses) na área rural, (mestres, oficiais, aprendizes e, eventualmente, a plebe de jornaleiros), nas cidades. Esse sistema baseava-se na grande extensão territorial e exigia unidades políticas relativamente grandes, no interesse da nobreza proprietária de terras e das cidades; as monarquias feudais, satisfazendo esta exigência, tornaram-se, assim, universais.

Marx destaca um elemento importante nesse período de transição do feudalismo para o capitalismo, pois diz respeito à propriedade privada do trabalho, em que o produtor detém o controle sobre o processo de produção das ferramentas e sobre o produto. Com o assalariamento, nas oficinas e na indústria, o trabalho passa a ser propriedade social; o produtor vende sua força de trabalho para o capitalista. Assim, o trabalho torna-se abstrato, fonte de criação de valor. Por fim, o trabalho abstrato é dirigido para a produção de mercadorias, tornando-se trabalho alienado.



◀ Figura 7: A divisão do trabalho na sociedade Inca

Fonte: Disponível em <<http://evoluciondelaeconomia.inca.com.br/2010/04/economia-en-la-epoca-incaica.html>> Acesso em 24 abr. 2013.

A quarta forma de propriedade é a propriedade capitalista, quando a divisão do trabalho corresponde à divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (ou do capital). As duas principais classes sociais que se formam são burguesia e proletariado. A primeira é detentora do capital, a segunda é proprietária da força de trabalho que é vendida como mercadoria no sistema capitalista.



▲ Figura 8: Sociedade Inca

Fonte: Disponível em <<http://civilizacaoinca.blogspot.com.br/p/cultura.html>> Acesso em 24 abr. 2013.

Esse modelo dicotômico não é suficiente para posicionar todos os indivíduos de uma sociedade capitalista, pois cada vez mais seu desenvolvimento levou a grandes modificações econômicas e políticas em inúmeras sociedades, ocasionando subdivisões no interior das classes sociais, principalmente nas “classes médias”.

Se analisarmos um trecho do livro O Capital, de Marx, podemos verificar essas questões:

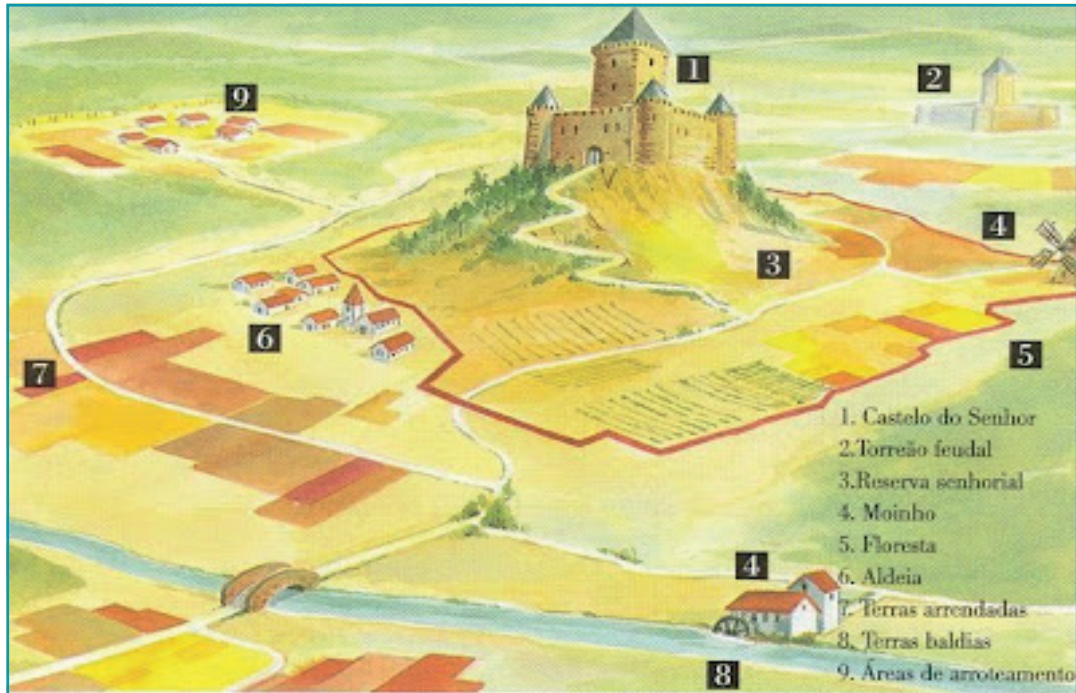
É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde, na-

ATIVIDADE

Faça uma análise do quadro destacando como se davam as relações de poder no feudalismo e como era a divisão social do trabalho. Leve seu comentário para o fórum de discussão.

Figura 9: relações de poder no feudalismo

Fonte: Disponível em <<http://geoconceicao.blogspot.com.br/2009/07/origem-do-feudalismo.html>> Acesso em 24 abr. 2013.



Num primeiro momento, percebemos a definição que Marx faz das relações entre proprietários e não proprietários dos meios de produção como determinantes da formação da estrutura social (e consequentemente das classes sociais). Mas ele aponta, também, que é possível encontrar complexidades em diferentes lugares e contextos, logo relações econômicas e políticas complexas podem gerar novas classes e frações de classes sociais em diferentes sociedades capitalistas.

Este sempre foi e ainda é um importante ponto de debate para o marxismo: a configuração das classes sociais em diferentes sociedades, em diferentes contextos políticos, so-

ciais, culturais e econômicos.

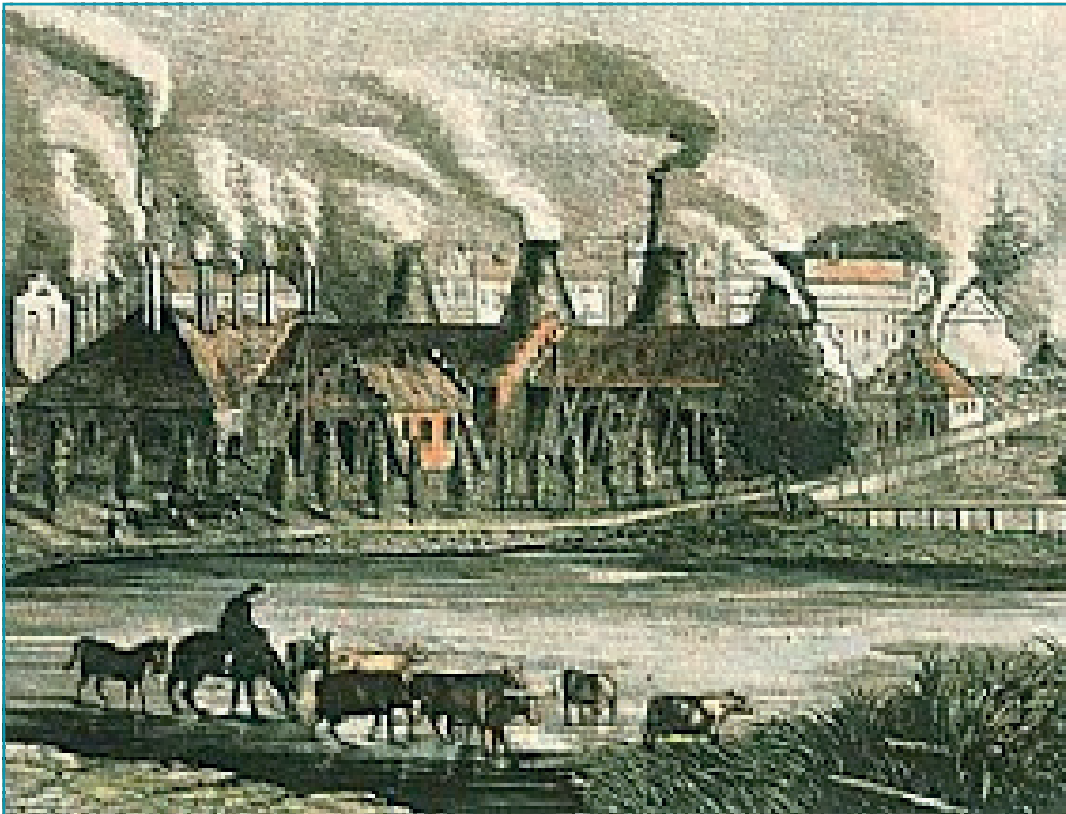
A persistência da divisão do trabalho típica do capitalismo acontece por causa do domínio do capital sobre os produtores diretos. A divisão do trabalho é imposta aos indivíduos pela sociedade que eles mesmos criaram, pois, no momento em que o trabalho é repartido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e que não pode sair, devido às suas condições sociais de subsistência.

Por outro lado, sua abolição somente ocorrerá com a abolição de todas as formas de propriedade privada.

Uma vez abolida a base, a propriedade privada, e instaurada a regulamentação comunista da produção, que abole no homem o sentimento de estar diante de seu próprio produto como diante de uma coisa estranha, a força da relação da oferta e da procura é reduzida a zero e os homens retomam o seu poder, o intercâmbio, a produção, a sua modalidade de comportamento uns face aos outros. (MARX ; ENGELS, 1992, p. 60)

Marx analisou todas as formas de propriedade como formas analíticas da evolução cronológica e, na quarta com o surgimento do proletariado, diz que a exploração não mais ocorre na forma grosseira da apropriação de

homens (como escravos ou servos), mas na apropriação do trabalho. Para o Capital, o trabalhador não é uma condição de produção, só o trabalho o é. Se este puder ser executado por máquinas, ou pela água ou ar, tudo bem.



◀ Figura 10: A partir da Revolução Industrial ocorre profundas mudanças nos cenários urbanos

Fonte: Disponível em <http://www.jornallivre.com.br/images_enviadas/revolucao-industrial-20040711a.jpg> Acesso em 23 abr. 2013.

O capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho, e não diretamente, mas por meio de troca.

Na perspectiva de Marx, a sociedade burguesa, emergindo do feudalismo, constitui a quarta forma de propriedade. A afirmativa de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa representavam etapas de progresso não implica, portanto, qualquer visão unilinear e simplista da história, nem resulta na opinião primária de que toda a história é progresso. Ele apenas reconhece que cada um desses sistemas cada vez mais se afasta, em aspectos cruciais, da situação primitiva do homem.

O referido autor utilizou 03 fenômenos para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: 1) uma estrutura social agrária que possibilite a libertação dos camponeses, num certo momento; 2) o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores da produção de mercadorias especializadas, independentes, não agrícola; 3) a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura.

Em síntese, Marx destacou a progressão

de estágios históricos, que começou com primitivas sociedades comunais de caçadores e coletores e passou através de antigos sistemas escravistas e sistemas feudais baseados na divisão entre proprietários de terra e servos. O aparecimento de mercadores e artesãos marcou o início de uma classe comercial ou capitalista que veio para substituir a nobreza proprietária de terras. Em concordância com essa concepção de história, Marx argumentou que, da mesma forma que os capitalistas tinham se unido para depor a ordem feudal, os capitalistas também seriam suplantados e uma nova ordem seria instalada, o socialismo.

Para Marx e Engels, a classe operária, engajada em sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e uma transição para o socialismo. Pertencer a uma classe, porém, depende de conhecer sua própria condição e posição dentro do processo de produção, ampliando para uma identidade de interesses e daí para a luta política, em partidos, sindicatos e movimentos sociais. Vejamos como essa discussão foi apresentada por Marx:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. (MARX, 1977, p. 277)

Uma classe só pode agir com êxito se adquirir consciência de si mesma da maneira prevista pela definição de transformar-se de classe em si para classe para si e se, ao contrário, isso não se realizar, sua ação política fracassará.

Finalmente, pudemos perceber que a discussão de Marx sobre as classes sociais não é, pois, coisa ou ideia abstrata; as classes sociais

se constroem, se fazem no cotidiano das experiências históricas, que acontecem nas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. Quando Marx fala, por exemplo, de “proletariado” e “burguesia”, esses termos têm para ele um sentido específico e concreto conferido pela relação estrutural dessas duas classes dentro da sociedade capitalista.

2.6 A análise da sociedade capitalista

Para Marx, o ponto central na análise da sociedade moderna é a contradição. O conflito entre o proletariado e os capitalistas é o fato mais importante da sociedade moderna, o que revela a natureza essencial dessa sociedade, ao mesmo tempo em que permite prever o desenvolvimento histórico. Ele argumenta que é impossível separar o sociólogo do homem de ação, já que demonstrar o caráter antagônico do capitalismo leva irresistivelmente a anunciar a autodestruição do capitalismo e, ao mesmo tempo, incitar os homens a contribuir

de alguma forma para a realização do destino já traçado (QUINTANEIRO; BARBOSA; GARDÊNIA, 2002).

Por que a crítica ao capitalismo? De acordo com Marx, o capitalismo é inerentemente um sistema desigual, no qual as relações de classe são caracterizadas pelo conflito/antagonismo. Ainda que os detentores do capital e os trabalhadores sejam dependentes um do outro – os capitalistas precisam de mão de obra e os trabalhadores precisam de salários –, a dependência é altamente desequilibrada.

2.7 Luta de classes, mercadoria e mais-valia

GLOSSÁRIO

Mais-valia: era definida por Marx com a diferença entre o valor necessário à sobrevivência do trabalhador e o excedente que produz e que é acumulado pelo capitalista. É a diferença entre o valor que ele produz e o valor da sua força de trabalho.

A relação entre classes é de exploração, uma vez que os trabalhadores têm pouco ou nenhum controle sobre seu trabalho (são alienados, separados), e os empregadores são capazes de gerar lucro ao se apropriarem do produto do trabalho dos operários. Isto é, o lucro capitalista é a mais-valia produzida pelo operário.

Mas, como se produz a mais-valia? Marx dá o seguinte exemplo: o trabalhador é contratado por 10 moedas para trabalhar em uma jornada de trabalho de 8 horas dia, mas ele produz mercadorias relativas a 20 moedas diariamente, gerando um excedente de trabalho diário de 10 moedas, que é a mais-valia. Quando somados milhares de trabalhadores, temos uma imensa quantidade de mais-valia acumulada, gerando a profunda desigualdade econômica e social na sociedade capitalista.

A força de trabalho é a mercadoria que possui a propriedade única de ser capaz de criar valor, ingrediente essencial para a produ-

ção capitalista e criação do lucro.

O caráter contraditório do capitalismo se manifesta no fato de que o crescimento dos meios de produção, em vez de se traduzirem pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, leva a um duplo processo de proletarianização e pauperização. Marx vê o capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado são classes sociais revolucionárias e antagônicas. A burguesia foi uma classe revolucionária porque fez a revolução que instaurou o capitalismo. O proletariado é revolucionário porque lutará para a destruição do regime capitalista.

Para ele, toda a história humana, não só a do capitalismo, é a história da luta de classes. O capitalismo define a classe em si a partir do critério objetivo, ou seja, a posição que ocupa na produção e classe para si a partir do critério subjetivo, que envolve identidade e/ou pertencimento a uma determinada classe, assim é uma classe política, na medida em que é con-

ceituada como grupo de pessoas que se organizam politicamente para defender seus interesses (QUINTANEIRO; BARBOSA; GARDÊNIA, 2002).

Na perspectiva marxista, a burguesia, para afirmar-se como capitalista, precisa não só apropriar-se do produto do trabalho excedente (não pago/mais-valia), mas também reconhecer o produtor do trabalho excedente, a mais-valia, que aparece na sua consciência como lucro. Da mesma forma, o proletário, para afirmar-se como tal, precisa não só de afirmar-se como produtor de mercadoria ou vendedor da força de trabalho, mas também reconhecer o proprietário dos meios de produção que se apropria do produto do trabalho não pago. Essas questões constituem-se em relações básicas de dependência, alienação e antagonismo, que fundam a existência e a consciência do proletariado e do capitalista (QUINTANEIRO; BARBOSA; GARDÊNIA, 2002).

Marx acreditava que o conflito de classes, em função dos recursos econômicos, tornar-se-ia mais agudo com o passar do tempo e, com isso, a inevitável revolução dos trabalhadores, que poderia acabar com o sistema capitalista, capaz de introduzir uma nova sociedade na qual não haveria classes – nem divisões entre ricos e pobres.

A sociedade não seria mais dividida entre uma pequena classe, que monopoliza o poder econômico e político, e uma grande massa de pessoas que pouco se beneficia da riqueza que seu trabalho cria. O novo sistema econômico se encontraria sob a propriedade estatal e uma sociedade mais humana e democrática do que esta que conhecemos no presente seria estabelecida. Marx acreditava que, na sociedade do futuro, a produção seria mais avançada e eficiente do que a produção sob o capitalismo.

PARA SABER MAIS

Para Marx, a força de trabalho humana era uma mercadoria como qualquer outra, a única especificidade é que esta produz valor.

2.8 Conceitos de alienação e ideologia

Alienação para Marx é a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo ou grupo social se tornam alheios, estranhos, separados, enfim alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade produtiva. Alienação, para Marx, nasce da forma como a força de trabalho é utilizada no sistema de produção capitalista, pois é uma mercadoria, cuja existência está orientada para a posse privada e para o mercado. Submete-se o trabalhador às relações capitalistas de produção, em que a intensidade do trabalho, a criação e o destino das mercadorias se tornam coisa, levando a alienação ao não reconhecimento do mundo real e das reais possibilidades humanas.

O núcleo explicativo desse processo é a categoria de mais-valia, pois revela uma relação determinada de alienação e antagonismo, na qual se encadeiam e opõem operário e capitalista. O trabalhador troca com o capital o seu próprio trabalho, aliena-o. O preço que recebe é o valor dessa alienação.

Alienação é sempre alienação de si próprio, sendo não apenas um conceito, mas também um apelo à modificação revolucionária do mundo (desalienação). Dessa forma, Marx questiona a possibilidade do conhecimento do mundo real. Nesse sentido, podemos associar o conceito de alienação ao de ideologia.

As ideias de toda ordem derivam do substrato material da história, e no capitalismo não

é diferente. Para Marx, o desenvolvimento das ideias era subordinado, dependente, e estava sistematizado na ideologia – compêndio das ilusões através das quais os homens pensavam sua própria realidade de maneira enviesada, deformada, fantasmagórica. A ideologia para Marx é a consciência falsa, equivocada, da re-

Figura 11: Em Marx a alienação ocorre no processo de produção, pois a força de trabalho torna-se uma mercadoria, mais uma peça da engrenagem da maquinaria.

Fonte: Disponível em <http://bp3.blogger.com/_U9c-kWSRqX4/R7lcPBUDh6I/AAAAAAABzW/nkT4rOY4Q2A/s1600-h/trabalhador-engrenagens--IND022.jpg> Acesso em 24 abr. 2013.





Figura 12: O homem alienado na sociedade capitalista não se reconhece no processo produtivo, na produção de mercadorias e de capital, como algo real.

Fonte: Disponível em <
http://ahistoriafilosofica.
blogspot.com.br/2010/08/
tipos-de-alienacao.html>
Acesso em 24 abr. 2013.

alidade, não deliberada, mas necessária ao pensamento de determinada classe social, a burguesia, sob determinadas condições de sua posição e funções em relação às demais classes.

Toda produção de ideias, representações e formas de consciência social resulta das relações sociais de produção capitalistas. A permanência da alienação e sua legitimação através da ideologia garantem a reprodução do modo capitalista de produção. “O processo de produção capitalista, considerado como um todo

articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado” (MARX, 1977, p.161).

As ideias e representações são produções concretas de homens concretos, não dissociados da vida real, não existindo, portanto, autonomia da ordem moral, da política, da religião, e das leis, de uma sociedade qualquer. Os homens não agem sobre bases que não sejam os limites colocados pelo processo de desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo processo vital de suas vidas.

Mas Marx pensou o fim da alienação, quando o homem deveria ultrapassar todos os obstáculos da sociedade, como ser concreto, e romper todos os obstáculos para o desenvolvimento do seu ser. O proletariado, uma classe desprovida de direitos e de bens, seria capaz de subverter a estrutura da sociedade moderna e buscar a supressão de qualquer tipo de alienação através da revolução proletária e socialista.

É preciso que a massa da humanidade que se encontra privada de propriedade e se ache em contradição com um mundo da riqueza e da cultura existente, faça a revolução contra o poder estabelecido.

Uma vez abolida a base, a propriedade privada, e instaurada a regulamentação comunista da produção, que abole no homem o sentimento de estar diante de seu próprio produto como diante de uma coisa estranha, a força da relação da oferta e da procura é reduzida a zero e os homens retomam o seu poder, o intercâmbio, a produção, a sua modalidade de comportamento uns face aos outros. (MARX ; ENGELS, 1992, p. 60)

Os homens estão determinados em toda produção de ideias, das representações e da consciência à produção da vida material. “Os homens são condicionados pelo desenvolvimento determinado de suas forças produtivas e das relações a elas correspondentes, incluindo-se as mais amplas formas que estas possam tomar. A consciência jamais pode ser outra coisa que o Ser consciente e o Ser consciente é o seu processo real da vida” (MARX; ENGELS, 1992, p. 50).

DICA

Assista ao filme **Tempos Modernos**, dirigido por Charles Chaplin, e discuta com os colegas a inserção do trabalhador no mundo do trabalho na atualidade. O filme conta a história de um operário e uma jovem. O operário é empregado em uma grande fábrica e desempenha um trabalho repetitivo de apertar parafusos. De tanto realizar essa tarefa, o operário tem problemas de stress e estafa.

2.9 Atualidades do marxismo

O trabalho de Marx teve um efeito de longo alcance no mundo do século XX. Até recentemente, mais de um terço da população mundial vivia em sociedades socialistas importantes no mundo como a União Soviética e os vários países da Europa Oriental, cujos governos afirmavam tinham inspiração das ideias de Marx.

A análise da sociedade capitalista empreendida por Marx e Engels levou a observação empírica dos fenômenos econômicos, dirigidos principalmente para o entendimento do conjunto das relações sociais de produção, para daí estabelecer o elo entre as estruturas sociais, políticas e ideológicas da sociedade capitalista.

A perspectiva teórica marxista encontrou

ao longo da história inúmeros adeptos, como também fundamentou os partidos marxistas entre os operários, além de possibilitar aos intelectuais realizarem uma crítica da realidade e também influenciar suas atividades científicas de um modo geral e, especificamente, a área das ciências humanas.

Sua contribuição teórica ultrapassa a dimensão apenas da ciência, constituindo uma verdadeira ética humanista, que conclama a justiça e a igualdade dos homens. O autor consegue com sua obra estabelecer relações profundas entre a realidade e a filosofia, a realidade e a ciência.

Ao se adotar a proposta teórica marxista, deve-se então abarcar além da simples aceitação do ideário comunista de uma sociedade

sem classe e sem propriedade privada, a necessidade de seguir seus pressupostos teóricos, exercendo a crítica veemente do momen-

to histórico em que se vive e buscar por meio dessa crítica uma posição ideológica e política coerente.

Referências

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. São Paulo: Arx, 2005.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.

COSTA, Lúcio Flávio F. **A divisão do trabalho na perspectiva da Sociologia clássica**. Cadernos de Pedagogia. Unimontes, Departamento de Pedagogia, nº 02, ano 02, dez./96, p. 15-24.

ELSTER, Jon. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

IANNI, Octávio (org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1992.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.119.

LENIN, Vladimir I. **O que é o marxismo?** Porto Alegre: Movimento, 1980.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política do capital**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Moscou: Edições Progresso, 1987.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História**. São Paulo: Scipione, 2005

UNIDADE 3

A Sociologia de Émile Durkheim

Rômulo Soares Barbosa

3.1 Introdução

A unidade III deste caderno aborda a contribuição teórica de Émile Durkheim para a formação da Sociologia clássica. Como um dos fundadores da Sociologia, apresentaremos e discutiremos as principais noções, conceitos e análises desenvolvidas por Durkheim.

Terá destaque o contexto de produção intelectual do autor, bem como seu campo de diálogo e suas heranças teórico-metodológicas. Trataremos do objeto da Sociologia de Durkheim, buscando compreender como sua construção se associa com a consolidação da Sociologia como ciência. Isto é, seu despojar-se da filosofia, o diálogo com o organicismo e o positivismo, e a afirmação como campo científico.

Para entendermos a abordagem sociológica de Durkheim, discutiremos o conceito de Fatos Sociais. Também sua proposição metodológica central, de tratar os Fatos Sociais como Coisa. No entremeio objeto e método, apresentaremos alguns conceitos e noções desenvolvidas pelo autor, que são fundamentais para a compreensão do campo analítico construído por ele.

Esta unidade está dividida da seguinte forma:

- 3.2 Vida e obra do autor
- 3.3 Diálogo com o positivismo
- 3.4 Instituições sociais
- 3.5 Patologia social
- 3.6 Fatos sociais
- 3.7 Mudança social
- 3.8 Divisão do trabalho social
- 3.9 Tipos de solidariedade social
- 3.10 Considerações sobre o método: a objetividade dos fatos sociais

3.2 Vida e obra do autor

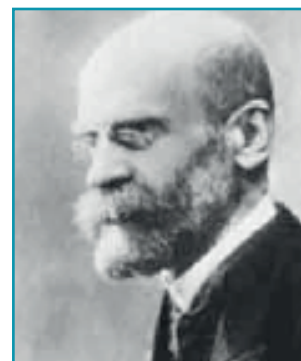
Nascido na Alsácia, região leste da França, Émile Durkheim (1858-1917) foi um dos fundadores do pensamento sociológico clássico, influenciado pelo pensamento social positivista, desenvolvido por Auguste Comte (1798-1857). Principais obras: *Da Divisão do Trabalho Social*; *As Regras do Método Sociológico*; *As Formas Elementares de Vida Religiosa*; *Educação e Sociedade*; *Sociologia e Filosofia*; *Lições de Sociologia*.

Renato Ortiz (1989) afirma que os cursos oferecidos por Durkheim, durante o período em que lecionou em Bordeaux, serviram como ensaios que permitiram a ele desenvolver suas ideias. Haveria, assim, uma lógica sequencial nas primeiras publicações:

A *Divisão do Trabalho Social* (1893) estabelece o objeto da Sociologia. *As Regras do Método Sociológico* (1895) lança as bases de uma metodologia específica da nova ciência; *O Suicídio* (1895) aplica o método a um terreno considerado até então como pertencente à psicologia. Quando *L'Année Sociologique* é criada, em 1898, o pensamento durkheimiano encontra-se definido; trata-se agora de consolidar e expandir um conhecimento através de uma equipe de pesquisadores especializados no estudo de diferentes ramos da sociedade. (ORTIZ, 1989, p. 06).

Figura 13: Émile Durkheim

Fonte: Disponível em < <http://sindserj.org.br/sociologos/emile-durkheim/> > Acesso em 24 abr. 2013.



QUADRO 4 - Cronologia de Durkheim

1858	Nasce David Émile Durkheim
1879 a 1882	Cursa a École Normale Supérieur
1887 a 1902	Leciona Pedagogia e Ciência Social em Boudeaux Publica artigos na Revue Philosophique
1889	Publica Elementos de Sociologia
1893	Publica Da Divisão do Trabalho Social
1895	Publica as Regras do Método Sociológico
1896	Publica a proibição do incesto e suas origens edita a revista L'Année Sociologique
1897	Publica O Suicídio
1898	Publica O Individualismo e os Intelectuais
1900 a 1912	Leciona na Sorbonne
1902	Publica, em parceria com Marcel Mauss, Algumas Formas Primitivas de Classificação
1906	Publica a Determinação do Fato Moral
1910	Cria a cátedra de Sociologia na Sorbonne
1912	Publica as Formas Elementares de Vida Religiosa
1917	Morre David Émile Durkheim

Fonte: Elaboração própria

Deve-se a Durkheim a institucionalização da Sociologia como disciplina acadêmica, com definição rigorosa de teoria e de método. Para ele,

a Sociedade é a finalidade eminente de toda atividade moral. De onde resulta: a) ao mesmo tempo em que ultrapassa as consciências individuais, lhes é iminente; b) tem todas as características de uma individualidade moral que impõe respeito. A Sociedade é um fim transcendente para as consciências individuais. A civilização resulta da cooperação dos homens associados durante sucessivas gerações; é, pois, uma obra essencialmente social. É a sociedade quem a faz, quem cuida dela e quem a transmite aos indivíduos. (DURKHEIM, 1994, p. 82-83).

De acordo com essa perspectiva, seria possível compreender as sociedades a partir da identificação e análise de suas leis gerais de funcionamento. “O social é, portanto, passível de uma lei-tura que possa dele retirar determinadas regularidades (leis) a serem estudadas por uma ciência particular” (ORTIZ, 1989, p. 10).

3.3 Diálogo com o positivismo

Os positivistas reconheciam que a natureza dos processos do mundo físico e do mundo social era diferente em sua essência. Entretanto, assim como a física estabeleceu as leis da mecânica, a ciência social deveria estabelecer as leis de funcionamento do mundo social. Dessa maneira, Auguste Comte construiu um pensamento fundado na noção de Física Social. Essa noção se constituirá como um embrião da Sociologia funcional-positivista de Durkheim.

Além disso, a sociedade moderna era vista pelo positivismo como uma espécie de or-

ganismo, constituído por partes que cumprem funções específicas que, integradas mutuamente, asseguravam o funcionamento harmônico do corpo social.

Herdando de Comte a ideia de que as sociedades modernas funcionam a partir de determinadas regras que orientam o modo de pensar, agir e sentir dos indivíduos que as compõem é que Durkheim iniciará seus estudos sociológicos. Deriva dessa perspectiva, o conceito de Fato Social, que Durkheim desenvolverá. Veremos isso adiante, em item específico.

Da ordem ou harmonia se garantiria a saúde do corpo social e, com isso, o seu progresso. Então, caberia a todos o cuidado com o bom funcionamento das partes que compõem a sociedade, em outras palavras, as instituições sociais.

A Sociologia deveria se consolidar como ciência e, com rigor teórico-metodológico, fornecer as informações, realizar os estudos sobre a maneira como as sociedades funcionam (Confira no Glossário da I Unidade o termo Funcionalismo). Assim, ela daria respostas às questões, tais como: quais são os organismos sociais em diferentes tipos de sociedades, como se interagem, como produzem e imprimem as maneiras de pensar e agir dos indivíduos?

Nesse sentido, a família, a escola, a religião/igreja teriam funções fundamentais para garantir a socialização e a integração dos indivíduos na vida em sociedade. Os estudos sobre religião se encontram na obra *As Formas Elementares de Vida Religiosa*, publicada em 1912. Nessa abordagem, Durkheim procura situar a questão das religiões primitivas, como elemento analítico de sua Sociologia do conhecimento humano.

Não obstante, de maneira geral, Durkheim construirá uma abordagem teórica e metodológica que tem como foco a perspectiva de que as sociedades modernas e/ou não modernas, isto é, tanto a Europa industrial quanto sociedades indígenas das Américas se estruturam a partir do ordenamento funcional entre instituições. Os indivíduos que participam dessas sociedades, ao longo do seu ciclo de vida, têm suas práticas, pensamentos e sentimentos moldados coercitivamente pelas instituições. O conceito de Fato Social, que estudaremos detalhadamente nesta unidade, permitirá entendermos essa proposta analítica de Émile Durkheim.

Todos os pensadores fundamentais da Sociologia clássica tiveram como preocupação central a análise e entendimento das transfor-

mações que ocorriam na Europa dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, a industrialização como eixo do processo produtivo e a as cidades consolidadas como espaço de organização da vida social.

Esse cenário que se torna visível a todos, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, e suas consequências, em termos de rearranjos econômicos, sociais e culturais, esteve na base da análise sociológica de Émile Durkheim.

Como já vimos anteriormente, influenciado pela perspectiva positivista, Durkheim procurará entender a complexidade da Europa moderna, propondo uma Sociologia que concentra os esforços analíticos na tentativa de responder questões relativas às regras de funcionamento das sociedades.

Nesse sentido, é importante perguntar: o que é uma sociedade? Durkheim afirmou que a sociedade deve ser compreendida como um corpo social. Para a Biologia, o corpo humano é produto de uma complexa relação entre órgãos e tecidos que cumprem funções específicas e mutuamente dependentes. Não adianta o coração cumprir bem sua função de bombeamento do sangue se o pulmão estiver comprometido, doente. Certamente, o corpo, como um todo, padecerá.

Tomando de empréstimo esse raciocínio e também a noção positivista de que as sociedades são regidas por determinadas lógicas que podem ser compreendidas pelo pensador social, Durkheim desenvolverá a ideia herdada de corpo social. Mas, de que maneira?

O corpo social é composto por um conjunto de órgãos ou organismos sociais. Durkheim herda essa noção do organicismo. Para ele, as instituições sociais seriam esses organismos, que teriam funções específicas. Portanto, ao sociólogo, caberia a missão de identificar as instituições sociais presentes em variadas sociedades e, principalmente, quais as suas funções. Isto é, qual a razão de sua existência? Qual a sua serventia? Quais as suas atribuições?

GLOSSÁRIO

Organicismo: em Sociologia, quer dizer que existe uma doutrina que assimila a sociedade aos seres vivos e tende a aplicar aos fatos sociais as leis e teorias biológicas.

3.4 Instituições sociais

De onde vêm as instituições? Como elas emergem? As instituições sociais não são naturais. Elas não são criações divinas. Ao contrário, as instituições são criações da vida em sociedade ao longo da história humana.

As instituições sociais expressam as representações de que as sociedades têm e controlam sobre si mesmas, sobre seus membros e sobre as coisas com as quais se estabelecem

relações. Durkheim desenvolveu o conceito de Representação Social, que estudaremos mais adiante, para dar conta dessa análise.

Nesse sentido, as instituições sociais, ao serem guardiãs das representações sociais, cumprem a função de organizar as práticas, pensamentos e sentidos da vida dos indivíduos em sociedade.

Quando se fala em instituições sociais,

PARA SABER MAIS

As formas de agir, de pensar e de sentir são fatos sociais para Durkheim. Têm uma vida própria, são coercitivos e por isto se impõem a todos. De geração em geração, os costumes são repassados.



Figura 14: Os grupos sociais são organizações da vida social e coletiva.

Fonte: Disponível em <<http://www.pucsp.br/eventos/ferramentas-para-educacao-popular-sobre-a-protecao-dos-direitos-humanos-de-grupos-sociais-vu>> Acesso em 25 abr. 2013.

Durkheim está se referindo às estruturas sociais que têm dimensão material e também simbólica. A família, a escola, o governo, a polícia são alguns exemplos de instituições sociais.

Sociedades não modernas, como as indígenas, por exemplo, são também compostas por instituições

sociais. Assim, cabe ao sociólogo, identificá-las, caracterizá-las e entender suas atribuições para o funcionamento do corpo social.

Em suma, as instituições sociais podem ser entendidas como um conjunto de regras e procedimentos socialmente definidos e aceitos pela sociedade. Assim, as instituições

sociais objetivam manter a organização do corpo social.

Ao estudar as instituições sociais, sua configuração e funções, Durkheim desenvolverá a noção de Morfologia Social. Ao identificá-la, o sociólogo poderia empreender uma de suas principais tarefas, a comparação entre as diversas sociedades.

Influenciado pela leitura positivista, que classificava as sociedades de acordo com a complexidade das formas de organização do corpo social, Durkheim considerava que todas as sociedades teriam sido derivadas da Horda. A horda seria “a forma social mais simples, igualitária, reduzida a um único segmento em que os indivíduos se assemelhavam aos átomos, isto é, se apresentavam justapostos e iguais” (COSTA, 2005, p. 87).

3.5 Patologia social

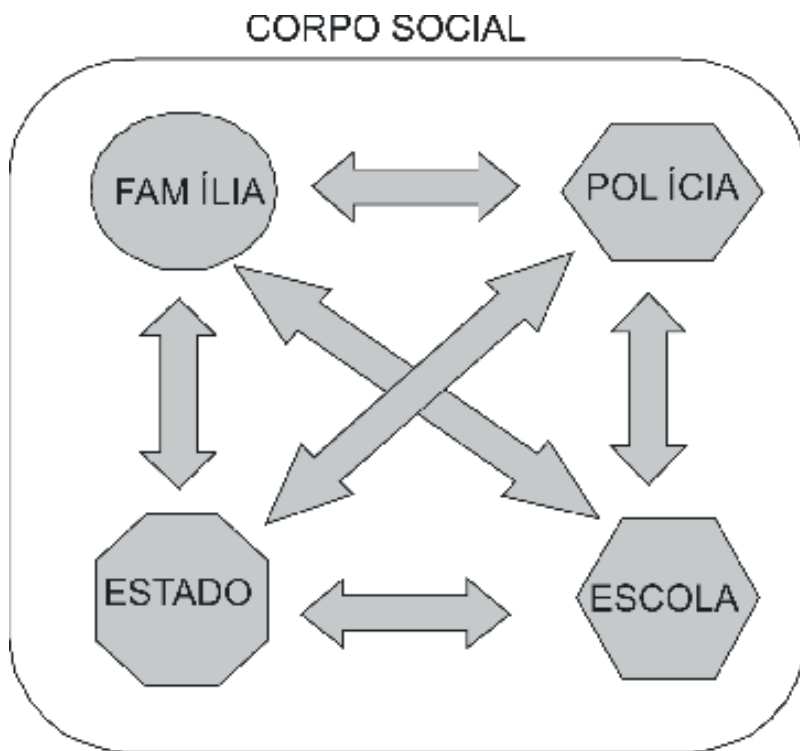


Figura 15: Exemplo simplificado de Morfologia Social

Fonte: Elaboração própria.

As instituições sociais cumprem as funções que lhe são atribuídas por intermédio do

consenso social ao longo da história de cada sociedade. Quando, assim, encontram as dinâmicas institucionais, estamos diante de um corpo social saudável. O contrário seria considerado patologia social.

O estado patológico se refere a situações “fora dos limites permitidos pela ordem social e pela moral vigente” (COSTA, 2005, p. 86). Os limites do permitido são construções sociais. As instituições sociais são, em última instância, as responsáveis pela ordem e por consequência da saúde do corpo social.

Como já conhecemos a visão geral que Durkheim tinha da importância da Sociologia para o estudo das sociedades, da sua herança positivista, vamos, adiante, analisar o conceito de Fato Social. Tal conceito está no cerne do pensamento de Durkheim. Com ele, será possível definir, claramente, o objeto de estudo da Sociologia durkheimiana. É na obra intitulada *As Regras do Método Sociológico*, de 1895, que Durkheim tratará, rigorosamente, de seu campo de estudo e da reflexão sobre o como fazer, isto é, dos procedimentos metodológicos para a pesquisa em Sociologia, ou de como tratar os fatos sociais.

3.6 Fatos sociais

Os Fatos Sociais constituem o objeto da Sociologia de Durkheim. O primeiro capítulo de *As Regras do Método Sociológico* é deno-

minado por ele de “O que é um fato social?”. Ele o definirá da seguinte forma, “é fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetí-

vel de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 1995, p. 13).

Com essa definição, Durkheim estabelecia o que deveria ser o foco da análise sociológica, procurando diferenciá-la das ciências da natureza, bem como da psicologia e da filosofia.

Os fatos sociais são maneiras de pensar, agir e sentir que possuem o atributo de generalidade, exterioridade e coercitividade sobre os indivíduos, em determinada sociedade.

Assim, ficava claro que as ações dos indivíduos são orientadas ou constrangidas por estruturas sociais que ao nascer herdamos, independentemente de nossas vontades. É essa característica que faz com que os fatos sociais sejam exteriores aos indivíduos. Em outras palavras, eles pré-existem. São construções coletivas, que agem sobre os indivíduos.

O caráter de coerção significa que os fatos sociais se impõem aos indivíduos, conformam suas ações e pensamentos. Para Costa, “a força coercitiva dos fatos sociais se torna evidente pelas ‘sanções legais’ ou ‘espontâneas’ a que o indivíduo está sujeito quando tenta rebelar-se contra ela” (COSTA, 2005, p. 81).

Os fatos sociais são formados pelas representações sociais. Isto é, pelas maneiras de “como a sociedade vê a si mesma e ao mundo que a rodeia” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 18). Essas “formas de atuar e de pensar não são obra do indivíduo [...] emanam de um poder moral que o sobrepuja [...]” (DURKHEIM, 1994, p. 42).

Com essa definição do objeto de análise, Durkheim constrói o campo de investigação científica da Sociologia, separando-o claramente das abordagens filosófica e psicológica. Ortiz (1989) definiu Durkheim como o arquiteto fundador da Sociologia.

Os indivíduos não são portadores de uma ação que, em si mesma, encontra as razões do agir, do pensar e do sentir. Durkheim sugere uma abordagem sociológica que assuma o pressuposto de que a fonte explicativa da sociedade se encontra em estruturas coletivas, que conformam a vida individual. Os fatos sociais superam os “espíritos individuais, exatamente do mesmo modo como o todo supera as partes” (DURKHEIM, 1994, p. 43).

Ortiz (1989) afirmou que em *O Suicídio*, de 1897, Durkheim aplicou com rigor seu método, num campo analítico até então tido como da Psicologia. Nessa obra, ele demonstrou que uma atividade humana que seria, aparentemente, feito puro da consciência individual, isto é, uma decisão eminentemente individual, é, na verdade, produto social. Em outras palavras, as causas do suicídio são de natureza sociológica e não individual.

Durkheim procurou elaborar uma tipologia dos suicídios. Os suicídios egoísta, altruísta e anômico. O primeiro tipo estaria associado à desagregação social, à fragilização de vínculos morais, familiares, que levariam o indivíduo aos estados de melancolia, desamparo, depressão. O segundo teria por base a ideia de dever cumprido. O terceiro derivaria de um estado de ausência de regras e normas. Em todos os casos, ato suicida seria consequência do ordenamento social. Portanto, objeto de análise da Sociologia.

3.7 Mudança social

Os fatos sociais são maneiras de pensar, agir e sentir que extrapolam as consciências individuais, constituindo uma consciência coletiva, que exerce sobre aquelas uma coerção exterior.

A exposição feita sobre os Fatos Sociais pode levar você, leitor, à impressão de que os indivíduos se encontram impotentes diante da força conformadora destes. No entanto, as regras, costumes, normas, leis etc. mudam; as sociedades também mudam. O que somos hoje é bastante diferente do que éramos no século XIX, ou mesmo na primeira metade do século XX, ou talvez vinte anos atrás.

As instituições sociais, erigidas para tornar fato aquilo que as sociedades compreen-

dem e definem, ao longo da história, como o seu ordenamento comportamental (agir, pensar, sentir) são submetidas, cotidianamente, aos tensionamentos advindos da relação entre os “espíritos” dos indivíduos e as representações sociais.

Durkheim reconhece o comportamento inovador, a gênese das instituições sociais. Porém, “essa ação transformadora é tanto mais difícil quanto maior o peso ou a centralidade que a regra, a crença ou a prática social que se quer modificar possuem na sociedade” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 21).

A Sociologia de Durkheim foi bastante criticada por ser uma abordagem que privilegia o comportamento funcional das institui-

ções sociais e a relação entre esse e as possibilidades de coesão e harmonia social. Ou ainda, os riscos que transformações nas regras, normas e leis que regem a vida em sociedade podem causar para a saúde social.

Porém, como vimos, embora a ênfase na mudança social não seja o motor analítico de Durkheim, e os conflitos expressassem patologias sociais, não é possível dizer que sua abordagem não forneça elementos para pensar como as sociedades se transformam.

Não devemos esquecer que a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX foram momentos de intensas transformações na Europa. As Regras do Método Sociológico, obra seminal do pensamento de Durkheim foi escrita em 1895, quando já se vivenciava intensamente na Inglaterra e, também na França, a consolidação de grandes centros urbanos e industriais. Mais ainda, ocorreria entre 1914 e 1918 a primeira grande Guerra Mundial. E em 1917 a insurreição comunista na Rússia.

Imerso num ambiente de grandes conflitos e de mudanças estruturais com vistas à consolidação do capitalismo industrial na Europa, Durkheim viverá a perturbação analítica de responder à indagação: o que rege a organização das sociedades? Quais as lógicas e dinâmicas de seu funcionamento? O que faz com que se tenha coesão social e processo harmônicos? O que leva à patologia e à desagregação social ou à anomia? Ou qual é a ordem régia da mudança com coesão social?

Vejamos que não são questionamentos simples. São, antes, inquietações profundas para um pensador como Durkheim.

Para os nossos propósitos atuais, podemos conceber coesão social como o laço que permite aos indivíduos se interconectarem e formarem um grupo social ou uma sociedade. Por anomia, podemos compreender um estado de desagregação social, de tal intensidade, que reinaria a falta ou inexistência de normas e regras condutoras da vida em sociedade.

O processo anômico se verificaria em três situações: a) crises industriais e comerciais; b) conflito entre capital e trabalho, desarmonia entre patrões e empregados; c) especialização extrema no interior da ciência (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002).

Mas retomemos então a indagação feita anteriormente. Como Durkheim entende a mudança social?

As condutas individuais são conformadas pelas maneiras de pensar, agir e sentir que são suscetíveis de exercer coerção exterior; em outras palavras, a ação individual é constrangida pelos Fatos Sociais, a mudança social reside na transformação destes. Se as instituições so-

ciais regem a vida em sociedade, é também aí o foco da perspectiva de análise da mudança.

Os Fatos Sociais que se expressam nas regras, normas, leis, acordos tácitos, tradições, costumes, ritos, expectativas de comportamento etc. estão profundamente arraigados à prática institucional. A família, a escola, as leis/códigos do direito, o estado, entre outras instituições, portam e são os guardiões das regras de funcionamento da vida social.

Portanto, a mudança social só se efetiva a partir de mudanças nos fatos sociais, nas instituições sociais. É, então, produto da relação entre os indivíduos e as instituições sociais. De um lado, deriva do tensionamento, da coerção exercida pelos fatos sociais, por intermédio das instituições sociais e, de outro, dos “espíritos” ou consciências individuais. São mudanças que, para se consolidarem como tal, demandam tempo na história.

Essa abordagem de Durkheim faz com que observemos nele muito mais um teórico do funcionamento social, no sentido da coesão social, do que propriamente um teórico da mudança social. Vem, principalmente, dessa perspectiva, a crítica de que Durkheim é um pensador conservador.

Como Durkheim analisaria as transformações decorrentes das insurreições revolucionárias? O êxito de mudanças profundas ou radicais na estrutura das relações sociais estaria ancorado à capacidade de tais processos de imprimirem alterações nas maneiras de pensar, agir e sentir que exercem coerção sobre os indivíduos. Isto é, transformações no conteúdo funcional das instituições sociais.

Dessa maneira, Durkheim acreditava que as revoluções eram muito mais suscetíveis de produzir patologias sociais e anomia; a desagregação social.

Durkheim via no socialismo “apenas indicadores de um mal-estar social expresso em símbolos”. Ele rejeitava “as soluções para os problemas sociais propostas pelos grupos que se qualificavam socialistas” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 45). Para ele, essa abordagem concentrava nos aspectos econômicos da vida, não observando sua dimensão moral.

A mudança social estaria associada à noção de progresso. As sociedades evoluem, progridem e se tornam complexas. Não havia dúvida para Durkheim de que a Europa industrial da segunda metade do século XIX era profundamente distinta da Europa medieval. As relações mercantis, os processos produtivos, o campo normativo do direito, o Estado foram drasticamente mudados. Todavia, foram processos que levaram séculos para se consolidarem nas instituições sociais.

GLOSSÁRIO

Anomia: etimologicamente, tem origem grega a+nomos (a = ausência + nomos = lei, norma).

O ordenamento funcional “saudável”, ou seja, não patológico da sociedade garantiria a coesão social, condição indispensável para o progresso. A socialização dos indivíduos, rea-

lizada principalmente pelas instituições família e escola é parte essencial desse processo.

E o que significa socialização?

3.8 Divisão do trabalho social

Por ora, é necessário apresentarmos essa perspectiva conceitual, dentro do quadro mais amplo do objeto sociológico de Durkheim.

Antes, é preciso indagar: o que é trabalho? Todos os pensadores da Sociologia clássica, Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim tiveram a temática do trabalho e da divisão deste nas sociedades modernas e não modernas como preocupação central. Não poderia ser diferente, pois se organizava de maneira sólida na Europa do século XIX uma sociedade centrada no trabalho fabril.

De maneira geral, a noção de trabalho para a Sociologia está relacionada ao processo de transformação da natureza para gerar produtos capazes de satisfazer as necessidades dos grupos sociais. Necessidades essas distintas, de acordo com o tempo e com o espaço. Isto é, cada sociedade ou grupos sociais em determinados momentos de sua história definem duas necessidades. Portanto, as necessidades são construções sociais.

Assim, também os produtos gerados para a satisfação das necessidades, bem como a maneira de produzi-los são igualmente construções sociais. Ou seja, derivam da forma como as sociedades ou grupos se organizam para realizar trabalho. Organizar-se coletivamente para realizar trabalho significa dividir-se individualmente e/ou em estratos sociais para o seu cumprimento.

Então, todas as sociedades, todos os

grupos humanos, em todos os momentos de suas histórias, a partir da Horda se dividiram para realizar trabalho.

O conceito de Divisão do Trabalho Social refere-se ao processo de atribuição de funções produtivas entre os membros que compõem determinada sociedade.

Mas como se dá essa divisão? É espontânea? É definida por alguém? Qual a sua força motriz? Responder a essas questões é parte da construção da episteme durkheimiana. Em outras palavras, do campo de conhecimento de Durkheim.

Certamente, uma sociedade indígena ou tribal, que Durkheim denominou de não modernas, tem formas distintas das sociedades ditas modernas, para dividir o trabalho social, principalmente da Europa industrial.

Uma das questões fundamentais para Durkheim era a morfologia social, como um instrumento rico para o exercício da comparação que, por sua vez, era uma das tarefas analíticas da ciência sociológica. Nessa perspectiva, o conceito de Divisão do Trabalho Social cumpriria essa função.

Voltemos, então, à relação entre educação/socialização e Divisão do Trabalho Social. Isto é, das tarefas produtivas que a sociedade deve cumprir para gerar a satisfação de suas necessidades.

Veja o que Durkheim nos diz nos seus escritos sobre educação, em relação à socialização e ao trabalho:

O homem médio é eminentemente plástico; pode ser utilizado, com igual proveito, em funções muito diversas. Se, pois, o homem se especializa, e se especializa sob tal forma ao invés de tal outra, não é por motivos que lhe sejam internos; ele não é, nesse ponto, levado pelas necessidades de sua natureza. É a sociedade que, para poder manter-se, tem necessidade de dividir o trabalho, entre seus membros, e de dividi-los de certo e determinado modo. Eis por que já prepara, por suas próprias mãos, por meio da educação, os trabalhadores especiais de que necessita. É, pois, por ela e para ela que a educação se diversifica. (DURKHEIM, 1955, p. 63)

Portanto, o processo de socialização é também a geração de membros de uma sociedade capazes na execução de tarefas específicas. Isto é, a educação disciplina e organiza as forças necessárias para a produção de trabalho e a satisfação das necessidades sociais. A Divisão do Trabalho Social é, então, um con-

ceito chave para Durkheim.

Certamente, a Divisão do Trabalho Social – DTS – ocorre de forma distinta, de acordo com as características de cada sociedade, das mais simples às mais complexas. De acordo com Durkheim, a divisão de tarefas na sociedade implica em fonte de criação de tipos

DICA**Filme: Encontrando Forrester**

O diretor Gus Van Sant (Gênio Indomável) conta a história do relacionamento entre um escritor e um garoto que adora basquete. Com Sean Connery e Anna Paquin. Jamal Wallace (Robert Brown) é um jovem adolescente que ganha uma bolsa de estudos em uma escola de elite de Manhattan, devido ao seu desempenho nos testes de seu antigo colégio no Bronx e também por jogar basquete muito bem. Após uma aposta com seus amigos, ele conhece William Forrester (Sean Connery), um talentoso e recluso escritor, com quem desenvolve uma profunda amizade. Percebendo talento para a escrita em Jamal, Forrester procura incentivá-lo para seguir esse caminho, mas termina recebendo de Jamal algumas boas lições de vida.

específicos de solidariedade social. Isto é, se por um lado os membros de uma sociedade se dividem para realizar trabalho, por outro há laços sociais criados que permitem sua interdependência, tornando-os unidos como um grupo social.

A solidariedade é algo que permite estar-

mos divididos, sermos indivíduos e, ao mesmo tempo, sermos um grupo social, um corpo social, uma sociedade. A solidariedade interconecta os membros de uma sociedade.

Durkheim define, então, dois tipos de solidariedade social: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

3.9 Tipos de solidariedade social

Ao indagar sobre o porquê e o como os grupos humanos não se desintegram facilmente, ao contrário, lutam contra os riscos ou ameaças de desintegração, Durkheim desenvolverá o conceito de Solidariedade Social. Ela é o laço que une o indivíduo à sociedade.

Coerente com a abordagem comparativa, que estabeleceu a Horda, como o organismo social menos complexo, do qual derivaria progressivamente todas as sociedades complexas, Durkheim definirá dois tipos de solidariedade social.

Solidariedade Mecânica: típica de sociedades menos complexas. Seria uma solidariedade presente na Horda e em sociedades simples, ditas por ele “primitivas”. A integração indivíduo-sociedade se daria pelo sistema de crenças, sentimentos comuns, tradição etc.

Solidariedade Orgânica: típica de sociedades complexas; é derivada do processo de Divisão do Trabalho Social. A divisão do trabalho impõe a especialização de funções aos indivíduos. Essa individualização leva a uma aparente atomização dos membros que compõem o grupo social. Ao contrário, a especialização do trabalho leva à interdependência funcional. Quanto mais cada um tem uma função específica, mais dependente do outro estaremos para gerar os produtos necessários à satisfação de nossas necessidades.

A industrialização dos processos produtivos, a urbanização e a consolidação da vida nas cidades fazem com que Durkheim compreenda a existência de um movimento geral em direção à coesão social baseada na Solidariedade Orgânica: o progresso.

3.10 Considerações sobre o método: a objetividade dos fatos sociais

Por método, de maneira geral, podemos compreender como a maneira ou o modo de produzir o conhecimento relativo à determinada ciência. São os caminhos, passos a serem dados, procedimentos a serem realizados, bem como a reflexão constante sobre sua razão de ser, sua potencialidade. Método está associado à noção de epistemologia. Em outras palavras, no como agir e no pensar sobre o como fazer.

Durkheim define o método de sua Socio-

logia, de maneira muito clara, no segundo capítulo de As Regras do Método Sociológico, intitulado Regras Relativas à Observação dos Fatos Sociais. Logo no início ele diz: “A primeira regra e a mais fundamental é considerar os fatos sociais como coisas” (DURKHEIM, 1995, p. 15). É fundamentalmente disso que trataremos neste item.

Durkheim apresenta sua concepção de como tratar os fatos sociais, da seguinte maneira:

O homem não pode viver em meio às coisas sem formar a respeito delas ideias, de acordo com as quais regula sua conduta. Acontece que, como essas noções estão mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as substituir estas últimas por elas e a fazes delas a matéria mesma de nossas especulações. Em vez de observar as coisas, de descrevê-las, de compará-las, contentamo-nos então em tomar consciência de nossas ideias, em analisá-las, em combiná-las. Em vez de uma ciência de realidades, não fazemos mais do que uma análise ideológica. (DURKHEIM, 1995, p. 16)

De acordo com Ortiz (1989) a Sociologia, como ciência positiva, feita por Durkheim, teve por imperativo a definição rigorosa do objeto e do método.

Ao propor que os fatos sociais se apresentam como “coisas” para a observação, ele inverte a perspectiva anterior que tomava como premissa o que eles “deveriam ser”. Fundar uma ciência “positiva” implicava partir da realidade, “afastar as pré-noções”, o que impunha uma abordagem indutiva que a diferenciava do discurso filosófico. (ORTIZ, 1989, p. 09)

Tratar os fatos sociais como coisa significa a tarefa metodológica do sociólogo de estranhamento daquilo que lhe é familiar. Quando utilizamos, cotidianamente, a palavra Coisa para identificarmos algum objeto, o fazemos para dar significado a algo que não conseguimos a priori estabelecer seus atributos.

Quando possuímos, antecipadamente, o significado de determinado objeto, ou como prefere Durkheim, a ideia prévia sobre o real, assim indagamos e respondemos: O que é isto? Isto é um quadro negro; isto é uma mesa; isto é uma escola; isto é um livro.

Ao contrário, quando não possuímos em mente os atributos ou características definidoras do objeto em questão, podemos dizer que se trata de uma Coisa.

Portanto, para Durkheim, a postura metodológica fundamental do sociólogo é coisificar seu objeto de análise, isto é, despojar-se das ideias previamente estabelecidas em sua mente, acerca daquilo que é o seu objeto, os Fatos Sociais.

Nas palavras de Durkheim, “é preciso portanto considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós”

(DURKHEIM, 1995, p. 28).

Lendo agora essa proposição metodológica de Durkheim e estudando a disciplina de Iniciação Científica, vocês devem estar se indagando: mas qual a relação entre tratar os fatos sociais como coisa e o pressuposto positivista de neutralidade da ciência?

Durkheim não está advogando uma neutralidade do sociólogo. O que ele diz é que os fatos sociais possuem uma objetividade que deve ser atingida pela ciência sociológica.

Concordando com que disse Ortiz (1989), estabelecer uma ciência positiva, tendo por base “afastar-se das pré-noções”, significava realidades a que correspondem, tendemos naturalmente a delimitar o campo científico da Sociologia, separando-o, definitivamente, do campo filosófico.

Para Ortiz (1989), embora Durkheim fosse herdeiro e admirador de Comte e Spencer, nem mesmo esses autores foram poupados da crítica. Durkheim os classificou como Filósofos. Isso significava associar suas análises ao campo investigativo com o qual Durkheim travava o embate.

O que Durkheim está defendendo é o imperativo da objetividade dos Fatos Sociais, diante das noções prévias que temos em mente sobre eles. A citação seguinte é indubitável, nesse sentido:

O que nos é dado não é a ideia que os homens fazem do valor, pois ela é a inacessível; são os valores que se trocam realmente no curso das relações econômicas. Não é esta ou aquela concepção da ideia moral; é o conjunto das regras que determinam efetivamente a conduta. Não é a ideia do útil ou da riqueza; é toda a particularidade da organização econômica. (DURKHEIM, 1995, p. 28)

Embora, contemporaneamente, seja inegável que as ideias pré-existentes sejam elas de ordem moral, religiosa, estética, ideológica etc., fazem parte do crivo analítico de qualquer sociólogo, é preciso localizar as proposições de Durkheim no seu tempo e no campo de debate entre a Sociologia e a Filosofia do século XIX.

A noção de objetividade desenvolvida por Demo (1995), que analisa as inter-relações cognitivas entre ciência, senso comum e ideologia, de alguma maneira, herda as preocupações de Durkheim ao construir sua perspectiva metodológica.

Certamente, Demo (1995) não está afir-

mando uma objetividade ontológica do campo de análise das Pedagogia. O que ele está apresentando é o conceito de Objetivação como um dos critérios de cientificidade, isto é, como um atributo necessário à análise científica, para que esta seja valorada como tal.

Em outras palavras, deve haver uma busca, nunca plenamente realizável, de objetividade analítica. Significa, portanto, uma vigilância constante sobre os níveis de senso comum e de ideologia presentes nos estudos científicos.

Como já disse Durkheim, não há como vivermos em meio às coisas, sem formularmos ideias sobre elas.

DICA

Filme: O Segredo
Ao longo da existência da humanidade, um grande segredo foi protegido a ferro e fogo. Homens e mulheres extraordinários o descobriram e não só alcançaram feitos incríveis, mas também mudaram o curso de nossa história. Platão, Da Vinci, Galileu, Thomas Edison, Beethoven, Napoleão, Abraham Lincoln e Einstein foram alguns dos grandes homens que controlavam a força desse mistério. E agora, após milhares de anos, o Segredo será revelado para todo o mundo! Pela primeira vez na História, importantes cientistas, autores e filósofos vão revelar o segredo que transformou profundamente a vida daqueles que o viveram.

Referências

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em pedagogia**. São Paulo: Altas, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone Editora, 1994.

ORTIZ, Renato. **Durkheim**: arquiteto e herói fundador. Revista Brasileira de Pedagogia – ANPOCS, 4 (11), p. 5-22, outubro de 1989.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

UNIDADE 4

A Sociologia de Max Weber

Daniel Coelho de Oliveira

4.1 Introdução

Caros acadêmicos, até o momento já foi apresentado para vocês o contexto de formação da Sociologia como disciplina, além do referencial teórico de dois importantes autores: Émile Durkheim e Karl Marx. Na atual unidade, abordaremos a teoria de outro ilustre pensador, o sociólogo alemão Max Weber.

Cada um de vocês deve estar se perguntando, o que este novo teórico pode ajudar em sua formação acadêmica e pessoal? A teoria weberiana pode contribuir na formação de vocês em muitos aspectos. Trata-se de um intelectual que nos ensinou que é necessário lidar diretamente com os problemas que estão à nossa volta. Sua motivação de pesquisar estava ligada a uma tentativa de compreender situações vivenciadas em seu país. O fato de procurar respostas para os problemas de sua realidade não tirou de Weber o rigor nas suas investigações científicas. Como poucos intelectuais, ele conseguiu separar o cientista e o político que havia dentro dele.

A posição weberiana nos interessa, sobretudo, porque ela se diferencia dos dois primeiros clássicos da Sociologia apresentados nesta disciplina. Sua abordagem distancia-se de análises centradas em estruturas sociais; difere também do entendimento dialético da história. Weber se preocupa com o comportamento da ação humana. Não qualquer ação, mas uma ação que possui sentido; somente aquelas ações que tem o outro como referência. Através da teoria weberiana, é possível entender ações cotidianas, presentes no seu ambiente familiar, na associação de bairro, ações do Estado, ou até mesmo um relacionamento amoroso que você vive no momento.

A teoria weberiana nos permite verificar que as ações racionais, emotivas ou tradicionais podem ser compreendidas muito além do aspecto psicológicos. No nosso cotidiano, podemos observar que quando compartilhamos nossas ações com várias pessoas estamos produzindo relações sociais. Certamente, a própria produção deste caderno significa compartilhar informações; há diversas personagens envolvidos neste projeto: eu que escrevo, o revisor que propõe alterações e vocês que estarão lendo o material e compartilhando com cada um de nós a inconfundível sensação de descobrir um outro universo de conhecimentos.

Para melhor apresentarmos as ideias do autor, a unidade será dividida nos seguintes tópicos:

- 4.2 Biografia de Max Weber
- 4.3 Contexto histórico do pensamento weberiano
- 4.4 Indivíduo e sociedade na perspectiva weberiana
- 4.5 Especificidade das pedagogia
- 4.6 Subjetividade e objetividade do conhecimento
- 4.7 O que é tipo ideal?
- 4.8 Tipos puros de ação social
- 4.9 As relações sociais

4.2 Biografia de Max Weber

Max Weber nasceu no dia 21 de abril de 1864, na cidade de Erfurt, na Alemanha. A influência da mãe, mulher culta e liberal, de fé protestante, e do pai jurista e político, permitiu ao jovem Weber crescer em um espaço que o transmitiu o rigor da formação protestante e

o gosto pelo debate político. Em 1869, sua família muda-se para Berlim. A casa paterna era frequentada por personalidades acadêmicas e políticas, a convivência em um ambiente erudito e intelectual também contribuiu decisivamente para sua formação.

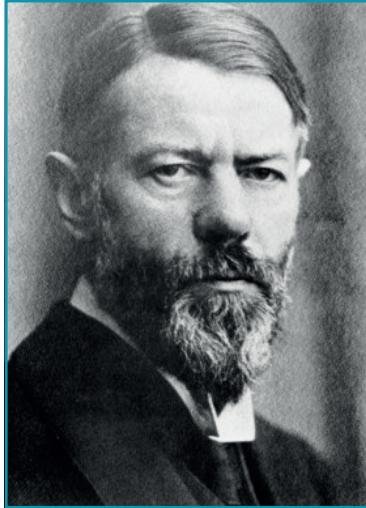


Figura 16: Max Weber

Fonte: Disponível em <
<http://mortenahistoria.blogspot.com.br/2012/03/morte-de-max-weber.html>> Acesso em 25 abr. 2013.

Em 1882, Weber se inscreveu no curso de Direito da Universidade de Heidelberg, período em que estudou outras disciplinas, como Filosofia, História e Economia. Somente no final da sua carreira ocorreu uma dedicação explícita à Sociologia, ainda que em seus primeiros trabalhos já apresentassem aspectos sociológicos. Seu doutoramento ocorreu em 1889, com uma tese sobre as companhias comerciais da Idade Média. No ano seguinte, volta para Berlim e atua como advogado. Nesse período, também escreve um tratado de análise sociológica e econômica do Império Romano, intitulado

“História das Instituições Agrárias”.

Além de se dedicar à vida acadêmica, Weber participou ativamente da vida política alemã. Auxiliou na elaboração da Constituição da República de Weimar, em 1919. No mesmo ano, integrou o corpo de delegados que representaram a Alemanha durante o Tratado de Versalhes. Um intelectual que embora não tenha ocupado nenhum cargo político, esteve

presente em todos os debates políticos do seu tempo.

No outono de 1894, assume a cadeira de Economia da Universidade de Friburgo, onde trabalhou intensamente por dois anos, até se transferir para Universidade de Heidelberg. De volta à sua antiga casa, Weber tornou-se colega de seus ex-professores. Em 1898, começa a apresentar sintomas de esgotamento psíquico, crise que o afastou das atividades acadêmicas por praticamente cinco anos. Em 1903, recebe em Heidelberg o título de professor honorário, fato que o permitiu organizar livremente sua vida acadêmica. Weber sofrerá depressões agudas durante toda sua vida, mas conseguirá realizar em três períodos de quatro anos cada: 1903 a 1906, de 1911 a 1913, de 1916 a 1919 uma extraordinária produção intelectual.

Weber casa-se, em 1893, com Marianne Schnitger, uma intelectual que participou ativamente do movimento feminista da época. Após sua morte, em 14 de Julho de 1920, ela organizou e publicou vários textos deixados pelo esposo e escreveu uma rica biografia de sua vida. Entre elas, o livro Economia e Sociedade volumes I e II.

4.3 Contexto histórico do pensamento Weberiano

DICA

Para aprofundar seu conhecimento sobre a história alemã, o site www.dw-world.de, da emissora internacional alemã Deutsche Welle (DW), possui uma ampla oferta de informações atualizadas em 30 diferentes idiomas.

Logo de início, você já deve ter percebido que para entender o surgimento de uma nova disciplina, ou o pensamento de um autor, é necessário estudar os acontecimentos históricos, econômicos e socioculturais vivenciados durante o período de seu surgimento. No caso da obra de Max Weber não é diferente; sua postura crítica em relação à realidade sempre o levou a escrever contra alguém ou contra algum acontecimento do seu tempo.

Na segunda metade do século XIX, países como a Inglaterra e a França já tinham realizado a unificação política e estavam em um estágio bem avançado no processo de industrialização. A região hoje pertencente à Alemanha era composta por várias cidades, reinos e ducados independentes. Portanto, o país estava fragmentado politicamente e não possuía um desenvolvimento industrial semelhante aos ingleses e franceses.

Weber vivenciou em sua infância a unificação política alemã e o início do capitalismo industrial, sob a liderança de Otto von Bismarck, união que ocorreu graças ao apoio que os Junkers deram ao chanceler alemão. Os

Junkers eram grandes proprietários de terra, da Prússia, estado mais importante do reino germânico.

Porém, para o autor, a Alemanha pós-Bismarck não possuía nenhuma liderança política que pudesse transformá-la em uma grande nação. Os Junkers, tradicionais proprietários de terras, e a classe trabalhadora eram incapazes de liderar tal processo. Na opinião de Weber, a burguesia deveria assumir a liderança das transformações econômicas já iniciadas na Alemanha, a fim de assegurar o fortalecimento do Estado Alemão, em relação a outras potências europeias.

No final do século XIX, Weber defende abertamente os interesses imperialistas da Alemanha. Naquele momento histórico, o autor observou que o poder econômico e a direção política de uma nação nem sempre coincidem. Na Alemanha, os prussianos, grandes proprietários de terra, conduziam o processo político e a burguesia alemã detinha o poder econômico. Na perspectiva de Weber, era perigoso permanecer em uma posição intermediária, entre o agrarismo Junker e o in-

dustrialismo ocidental. É importante ressaltar que, embora acreditasse que o capitalismo industrial fosse uma premissa para alcançar o poderio nacional, defendia com veemência a democracia e a liberdade individual.

A situação política e econômica russa também chamou a atenção de Weber. Em 1905, após retornar de uma longa viagem aos Estados Unidos, deparou-se com os acontecimentos da primeira revolução russa. Aprendeu russo, para acompanhar diariamente as notícias daquele país, além de manter contato permanente com intelectuais russos. Seus estudos tiveram como fruto dois ensaios sobre a situação vivenciada pela Rússia. Ao

final da sua vida, em 1918, Weber pronunciava uma conferência em Viena a respeito do socialismo, onde faz duras críticas ao regime bolchevique.

Em 1914, eclode na Europa a Primeira Guerra Mundial. Na opinião de Weber, a Guerra era fruto de rivalidades políticas e econômicas entre várias nações europeias. A posição nacionalista faz com que Weber inicialmente acolha com entusiasmo o início do conflito. Porém, no seu decorrer, critica duramente as posições adotadas pelo governo alemão, razão que o faz mudar de posicionamento e defender um entendimento diplomático para o fim da Guerra.

PARA SABRE MAIS

Em 1919, as potências europeias assinaram o Tratado de Versalhes, que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial. O Tratado impôs à Alemanha a perda de uma parte de seu território para nações vizinhas, todas as suas colônias, reconheceu a independência da Áustria, além de ser obrigada a restringir o tamanho do seu exército. A pintura de William Orpen representa a assinatura do Tratado.

4.4 Indivíduo e sociedade na perspectiva Weberiana

Você viu anteriormente que a Sociologia, para Durkheim, é uma ciência responsável por estudar a gênese e o funcionamento das instituições sociais. Seu objeto empírico, o fato social, é externo aos indivíduos e coercitivos a todos ou à maioria dos membros da sociedade. A partir da sua teoria, é possível dizer que todos nós somos influenciados por uma consciência coletiva, imperativa sobre as vontades individuais. Já para Marx, a história da humanidade é vista como um confronto materialista, fundamentado no antagonismo de classes de interesses diferentes. No sistema capitalista, o detentor dos meios de produção exerce domínio sobre o proletariado, possuidor de uma única propriedade, sua força de trabalho. Há, portanto, relações conflituosas entre classes sociais distintas. Em suma, sua teoria preocupa-se com

as estruturas sociais e com o desenvolvimento histórico dos processos produtivos.

A perspectiva weberiana de observar o mundo se fundamenta na centralidade do indivíduo, ou seja, em atores sociais capazes de conduzir suas próprias ações. Na sua interpretação, as regras sociais não pairam sobre os indivíduos, mas são constituídas a partir das ações de um conjunto de agentes sociais. Em carta a um amigo economista, ele reforça seu posicionamento em relação aos objetivos de sua análise: "(...) se agora sou sociólogo então é essencialmente para pôr um fim nesse negócio de trabalhar com conceitos coletivos. Em outras palavras: também a Sociologia somente pode ser implementada tomando-se como ponto de partida a ação do indivíduo" (COHN, 2006, p. 25-26).

QUADRO 5 - Cronologia de Durkheim

Datas	Dados biográficos e obras
1864	Nasce Max Weber em Erfurt (Turíngia)
1882	Início dos estudos em Heidelberg: Direito, História, economia e teologia.
1883	Interrompe os estudos: serviço militar
1884	Reinicia os estudos: Berlim e Göttingen
1890	Inicia a investigação sobre a situação do campesinato da Prússia Oriental
1889	Doutor em Direito com a tese sobre a história das empresas comerciais medievais
1894	Professor de Economia política em Fribourg
1896	Catedrático em Heidelberg
1904	Escreve a 1ª parte de a ética protestante e o espírito do capitalismo

DICA

Sugestão de filme: "Doutor Jivago". O filme é baseado no romance de Boris Pasternak, de mesmo nome. Apresenta bons elementos para entender a revolução bolchevique.

1905	Escreve a 2ª parte de a ética protestante e o espírito do capitalismo
1908	Funda a associação alemã de Sociologia
1909	Começa a escrever economia e sociedade
1913	Escreve um ensaio sobre algumas categorias da Sociologia compreensiva
1919	Realiza conferências sobre: O ofício da vocação científica e o ofício e a vocação do político
1920	Weber morre em Munique
1922	Publicado Economia e Sociedade
1923	Publicado História Geral da Economia

Fonte: Elaboração própria.

Ao dizer que o ponto de partida da Sociologia é a ação dos indivíduos, Weber não nega que a Sociologia deve se preocupar com os fenômenos coletivos. Estado, família, igreja, são entidades coletivas, nas quais os indivíduos executam várias ações. Considerar os indivíduos como unidades autônomas não significa dizer que as representações possam influenciar a conduta social de cada ator.

Em alguns momentos das suas análises teóricas, Weber toma emprestado do Marxismo conceitos, como "infraestrutura" e "superestrutura". Cohn (2006) salienta que o uso desses conceitos não significa adoção do referencial marxista, sua pretensão é somente a de real-

çar a importância dos fatores econômicos. Ou seja, de se posicionar a favor da visão materialista, em contraponto a interpretações idealistas bastante comuns na época. Por outro lado, se distancia do materialismo histórico, quando se recusa a acreditar que os processos históricos possuem um curso objetivo e determinado.

Para perceber a ação humana, além dos aspectos exteriores, Weber recomenda a utilização do "método compreensivo", através do qual é possível entender alguns elementos da vida que nos rodeia. Na sua visão, a Sociologia interpreta e compreende as ações sociais e, acima de tudo, explica suas causas, curso e consequências.

A Sociologia interpretativa considera o indivíduo [Einzelindividuum] e seu ato como a unidade básica, como seu "átomo" – se nos permitirem pelo menos uma vez a comparação discutível. Nesta abordagem, o indivíduo é também o limite superior e o único portador de conduta significativa (...). Em geral, para a Sociologia, conceitos como 'Estado', 'associação', 'feudalismo' e outros semelhantes designam certas categorias de interação humana. Daí ser tarefa da Sociologia reduzir esses conceitos à ação 'compreensível', isto é, sem exceção aos atos dos indivíduos participantes. (WEBER, 1982, p. 74)

A perspectiva sociológica compreensiva é uma possibilidade interpretativa entre inúmeras outras possíveis dentro da Sociologia. Você irá verificar que, nessa vertente teórica, parte-se do indivíduo para entender a realidade social. Tal concepção acredita que a unidade de análise para compreender a sociedade é a ação dos indivíduos, suas interações com o meio.

Você deve ter observado que há uma aparente proximidade entre a Sociologia weberiana e a Psicologia. Contudo, o interesse do sociólogo passa diretamente pela análise interpretativa da ação social e não pela psicologia do indivíduo. Segundo Giddens (1990), provavelmente a Sociologia tenha mais a contribuir para a Psicologia do que o contrário, já que a conduta humana é condicionada por fatores socioculturais.

Weber nos apresenta duas possibilidades de apreensão interpretativa da ação so-

cial, cada um dos tipos podem ser subdivididos entre racional ou emotivo.

Compreensão Direta – O entendimento do significado da ação ocorre através da observação direta. Um exemplo é a compreensão do significado da soma $2 + 2 = 4$, todos nós sabemos de imediato o significado dessa ação. Trata-se de uma compreensão racional direta. Já uma compreensão direta emocional, pode ser notada quando nos deparamos, por exemplo, com uma pessoa que se encontra extremamente melancólica, que transporece em sua face e no seu comportamento seu estado emocional.

Compreensão Explicativa – Diferente da primeira, nessa categoria, procura-se entender os motivos que geraram a situação, interligando a atividade observada e o significado para seu agente. Em sua forma racional, presume-se que o agente vai utilizar alguns meios para atingir determinados fins. Ao se observar

um agricultor desmatando uma floresta com um trator, pode-se presumir que ele irá realizar uma atividade agrícola naquela área. Há também condutas irracionais ou emocionais. Como é o caso de uma pessoa que se encontra chorando, pode-se acreditar que ela tenha passado por uma grande decepção.

Deve-se levar em consideração que indivíduos podem executar ações semelhantes, levados por motivos diferentes. Desmatar uma área, por exemplo, não precisa, necessaria-

mente, estar ligado à realização da atividade agrícola naquele espaço. Também há possibilidade de ocorrer motivações semelhantes, sem que formas concretas de comportamentos sejam iguais. Passar por uma grande decepção não leva todas as pessoas ao choro. Ou seja, Weber não procura negar a complexidade do caráter motivacional da ação humana. Para ele, a Sociologia tem o papel de saber lidar com a subjetividade no nível empírico.

4.5 Especificidade das ciências sociais

O autoesclarecimento e a produção de conhecimento são os principais motivos que norteiam a ideia de ciência weberiana. Cohn (2006) destaca que o propósito das ciências não é de propor fins para ação prática, ela não deve ensinar aquilo que se “deve”, mas o que se “pode” fazer.

Mas, em toda ciência há pressuposições; através das descobertas elas são sempre ultrapassadas e superadas.

Como você viu, Weber sempre esteve preocupado com as questões do seu tempo; ele percebeu que nas Universidades alemãs havia ideologias estranhas à educação. O espírito crítico e a liberdade de pensamento estavam sendo ameaçados pela crescente política nacional socialista. Muitos professores estavam utilizando a cátedra como um palanque

para discursos de inspiração fascista, na visão de Weber, postura prejudicial não só à prática da educação, mas também ao futuro da Alemanha (BERLINCK, 2001).

Weber faz uma importante diferenciação entre os objetivos da ciência e da política, em seu trabalho denominado a Ciência como vocação.

Conforme Berlinck (2001), há uma clara pretensão do autor em demonstrar que a prática científica permite o desenvolvimento de tecnologias para “controlar a vida”, o “desenvolvimento de métodos de pensamento”. Através da ciência, também é possível dizer que ela mesma permite indicar meios para atingir metas determinadas. Ou seja, a ciência contribui de forma prática para o desenvolvimento da racionalidade.

Toda ‘realização’ científica suscita novas “perguntas”: pede para ser ‘ultrapassada’ e superada. Quem desejar servir à ciência tem de resignar-se a tal fato. As obras científicas podem durar, sem dúvida, com ‘satisfações’, devido a sua qualidade artística, ou podem continuar importantes como meio de preparo. Não obstante, serão ultrapassadas cientificamente – repetimos – pois é esse o seu destino comum e, mais ainda nosso objetivo comum. Não podemos trabalhar sem a esperança de que outros avançarão mais do que nós. Por que alguém se dedica a alguma coisa que na realidade jamais chega, e jamais pode chegar, ao fim? (WEBER, 1982, p. 164)

Como cientista, devemos levar em consideração que todo conhecimento sempre é parcial e suscetível de questionamentos. É previsível que nossa compreensão da realidade seja provisória e nos leve a realizar novas ‘perguntas’. Ou seja, ninguém produz conhecimento

definitivo e absoluto. Segundo Cohn (2006), a definição da postura do ideal do cientista é um dos objetivos de Weber de seus escritos sobre a vocação científica. Seus atos devem objetivar reconstruir fatos considerados significativos e analisá-los conforme o método científico.

DICA

Para saber mais sobre a política nacional socialista alemã, leia o artigo de Herbert Marcuse, no jornal eletrônico Le Monde Diplomatique “O que é o nacional-socialismo?”. Disponível em: www.diplo.uol.com.br/2000-10,a1885.

4.6 Subjetividade e objetividade do conhecimento

DICA

Sugestão de filme: Macunaíma. O personagem Macunaíma, de Mário de Andrade, interpretado no cinema por Grande Otelo pode ser considerada a representação típica do malandro brasileiro. Macunaíma retrata um anti-herói, ou “um herói sem nenhum caráter”, nascido no fundo da mata virgem. De preto vira branco, troca a mata pela cidade, onde vive incríveis aventuras, sempre acompanhado de seus irmãos. Na cidade, segue um caminho zombeteiro, conhecendo e amando a guerrilheira Ci e enfrentando o vilão milionário, Venceslau Pietro Petrarca, para reconquistar o amuleto que herdara de Ci, o muirakitã. Vitorioso, Macunaíma retorna à floresta carregado de eletrodomésticos inúteis, troféus da civilização.

Como você percebeu, a Sociologia weberiana se interessa pela compreensão dos fenômenos sociais. Mas o que significa “compreender” em uma pesquisa sociológica? Para responder a essa questão, deve-se destacar inicialmente que toda atividade humana possui um caráter subjetivo; diferentemente das ciências naturais e exatas, as ciências sociais não podem ignorar o aspecto subjetivo de seu objeto.

O autor nos aponta que é impossível estabelecer um conhecimento científico, absoluto, neutro e livre de pressupostos. Entende-se, assim, que o pesquisador não pode atingir uma visão global e isenta da realidade. A escolha de um determinado tema de pesquisa, por si só, aponta que dentro de um universo de inúmeras possibilidades, aquele problema é relevante. Mesmo assim, é possível selecionar os objetos de pesquisa, segundo critérios objetivos.

Weber entende que a objetividade das ciências sociais ocorre quando os valores pessoais são incorporados conscientemente à pesquisa, e controlado através de rigorosos procedimentos metodológicos. Por isso, a objetividade do conhecimento científico é garantida quando há a separação entre: “juízo de fato” e “juízo de valor”. Mas, como é possível diferenciar os dois tipos de julgamento? Se eu digo: “A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) é uma universidade do Estado

de Minas Gerais” estou fazendo uma constatação, realizando um julgamento de fato. Se no momento posterior eu qualifico minha afirmação: “A Unimontes é a melhor universidade de Minas Gerais, estou fazendo um julgamento de valor. Segundo Weber, o juízo de valor deve ser excluído do campo da ciência.

Vemos que a atitude do cientista é essencial para se atingir a objetividade. Seu compromisso deve ter sempre como referência, proposições baseadas em fatos, isso não quer dizer que o cientista é indiferente ao mundo. Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002) vêm nos lembrar que a incorporação dos valores à pesquisa e o seu controle através de procedimentos rigorosos de análise permite atribuir valor aos aspectos da realidade e ordenar racionalmente a realidade empírica.

Nem toda ação ou conduta social possui um significado objetivo. Atividades religiosas vivenciadas por um grupo social, por exemplo, podem possuir significado subjetivo. Contudo, é possível através de métodos científicos obter uma compreensão racional do significado da ação entre o indivíduo e o outro indivíduo ou entre o indivíduo e o grupo. Se o sociólogo, em sua análise científica, pretende ultrapassar uma mera descrição da realidade, Weber sugere a utilização de instrumentos metodológicos denominados tipos ideais.

4.7 O que é tipo ideal?

Todos nós idealizamos algo em nossas vidas. Quando criança, alguns sonham em ser um super craque de futebol. Já muitas meninas sonham em casar com um homem perfeito. Na vida profissional, sonhamos com um emprego que atenda a todos nossos anseios. Cada um de nossos sonhos possui aspectos excepcionais, características dificilmente encontradas em uma pessoa ou em um emprego. Ou seja, há em comum nos sonhos citados que todos eles possuem características que dificilmente são encontradas na realidade, ou seja, grande parte deles são utopias.

Em muitas situações, utilizamos as construções imaginárias de um super craque de futebol, do homem perfeito, ou emprego ideal para analisar a realidade empírica. Por exem-

plo, com o ideal de emprego perfeito, posso analisar o meu emprego atual. Através da construção imaginária de um homem perfeito, é possível compreender os demais. Podemos dizer que, diariamente, construímos inúmeras tipologias ideais. Todas as exemplificações acima nos ajudam a entender um importante recurso metodológico proposto por Weber.

Para analisar a complexidade das relações sociais, Weber propõe a criação de um instrumento metodológico: tipo ideal. Não devemos entender tipo ideal como a descrição de certa realidade. Nem tão pouco é uma hipótese, mas algo que contribui para a elucidação desta. Tipo ideal não deve ser considerado algo desejável. Podemos criar um tipo ideal de político corrupto, ou mesmo de um assassino.

Trata-se de um instrumento que possui uma clara definição conceitual e nunca existirá na realidade concreta; seu papel é selecionar explicitamente a dimensão do objeto que será analisado e apresentar essa dimensão da forma mais pura possível.

É importante destacar que existe uma diferença entre tipo ideal e demais conceitos descritivos. Os conceitos são utilizados para descrever e sintetizar as características comuns de fenômenos empíricos. Por outro lado, tipo ideal demarca unilateralmente certas características ou pontos de vista. Por meio da combinação de determinados elementos e da abstração, todo fenômeno descritivo pode ser transformado em um tipo ideal. Segundo Giddens (1990), a passagem dos conceitos descritivos para tipos ideais ocorre quando passamos da classificação descritiva dos fenômenos para análise explicativa ou teórica desses mesmos fenômenos.

Conforme Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002), a construção tipológica ideal weberiana só pode existir como utopia na forma de um modelo simplificado da realidade, em que alguns traços avaliados como relevantes são colocados em evidência para determinar relações de causalidade entre os fenômenos. Com esse instrumento, o cientista social pode construir um modelo de interpretação e de investigação que o guiará nos infinitos caminhos da realidade social.

Podemos analisar a realidade a nossa volta a partir da construção de vários tipos ideais. Por exemplo, poderíamos criar um tipo ideal de Estado, de educação superior, de Igreja, de conduta profissional, até mesmo de professor ou aluno ideal. Na obra de Weber, encontraremos vários exemplos de aplicação dos tipos ideais. Um deles é a tipologia de dominação, que será aprofundada nas unidades subsequentes do curso, mas sua apresentação nesse momento se faz necessária para exemplificar a utilização dos tipos ideais.

Partindo da ideia de que os tipos puros de dominação são “ferramentas” importantes para analisar meios de dominação estatais, o autor construiu três tipologias que permitem

analisar o presente e passado do desenvolvimento dos sistemas políticos. Os três tipos são: o domínio de caráter racional, o domínio tradicional, vinculado às tradições e aos costumes, e o carismático, que remete ao valor pessoal.

O domínio legal fundamenta-se na validade dos regulamentos estabelecidos e na legitimidade do chefe amparado pela lei. A obediência não é a uma pessoa, mas a regra, os funcionários são de formação profissional, trabalham sobre o regime contratual, com pagamento fisco, a ascensão profissional acontece conforme as regras estabelecidas.

O segundo tipo é a dominação tradicional, cujo tipo mais puro é o domínio patriarcal; sua associação é do tipo comunitária. A autoridade que ocupa o lugar superior é referendada ou santificada pelos “súditos” a partir da tradição ou do costume. Estes não estão submetidos a regras impessoais com na dominação legal, mas à fidelidade da tradição.

A carismática é um tipo peculiar de dominação, na qual existe certa entrega dos dominados à pessoa do chefe, devido aos seus dotes sobrenaturais, como o heroísmo e o poder intelectual. Seu tipo mais puro é a dominação do profeta ou do grande demagogo, a associação dominante é de caráter comunitário. Assim, como na dominação carismática não existe o conceito racional de competência para nortear a escolha do quadro administrativo, nem o estamental de “privilégio”, escolhe-se segundo o carisma e a vocação pessoal.

Ao criar uma tipologia ideal de dominação, Weber consegue importante arcabouço teórico para analisar o Estado Alemão, que mesmo inserido num processo de racionalização administrativa, de burocratização crescente, não consegue desvincular da esfera do domínio tradicional, representados na figura dos Junkers. Após a unificação da Alemanha, morre Bismarck, o principal líder. Weber provavelmente questionava se existiria uma minoria capaz de levar o processo de construção da nação alemã à frente, de onde surgiria essa figura; dos trabalhadores, da oligarquia tradicional ou da burguesia ascendente.

4.8 Tipos puros de ação social

Como você viu, a ação social é central na Sociologia weberiana, isso não quer dizer que a Sociologia se limita a ela; a ação social nada mais é do que seu elemento constitutivo. Também é importante lembrar que nem toda ação

é objeto de análise da Sociologia. Weber (1999) ressalta que a conduta religiosa contemplativa, por exemplo, não se caracteriza como ação social, por que não está orientada pela ação do outro, ou seja, ação sem o caráter “social”.

DICA

Náufrago 2000, EUA. Chuck Noland (Tom Hanks) é um inspetor da Federal Express (FedEx), multinacional encarregada de enviar cargas e correspondências, que tem por função checar vários escritórios da empresa pelo planeta. Porém, em uma de suas costumeiras viagens, ocorre um acidente que o deixa preso em uma ilha completamente deserta por 4 anos. Com sua noiva (Helen Hunt) e seus amigos imaginando que ele morrerá no acidente, Chuck precisa lutar para sobreviver, tanto fisicamente quanto emocionalmente, a fim de que um dia consiga retornar à civilização.

A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações dos outros, as quais podem ser ações passadas, presentes ou esperadas como sendo futuras (por exemplo: vingança por ataques futuros). Os 'outros' podem ser indivíduos e conhecidos ou até uma pluralidade de indivíduos indeterminados e inteiramente desconhecidos (o dinheiro, por exemplo, significa um bem de troca que o agente admite no comércio porque a sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, embora indeterminados e desconhecidos, estejam dispostos também a aceitá-lo, por sua vez, numa troca futura). (WEBER, 2001, p. 415)

Podemos entender que tudo que se encontra fora do plano analítico da ação social não pertence mais ao campo das Ciências Sociais, mas ao campo filosófico. Segundo Nogueira (1999), o fenômeno na disciplina, reconhecido como efetivamente real são as ações sociais. Weber acredita que os problemas da Sociologia só devem ser tratados como tal se puderem ser traduzidos no plano da análise concreta das ações sociais. Não foi seu objetivo construir uma teoria abstrata entre sujeitos e estruturas ou determinar características subjetivas entre agentes e situações.

Weber diz que toda ação social pode ser compreendida em quatro categorias: 1) Racional em relação a fins; 2) Racional com relação a valores; 3) Afetiva; 4) Tradicional. São classificações que se aproximam da ação real, tipos ideais puros, construídos para auxiliar a pesquisa sociológica.

Agir racionalmente com relação a fins significa dizer que o agente disporá de todos os meios necessários para atingir um fim pré-estabelecido. Nesse caso, o agente calcula racionalmente quais os resultados prováveis de suas atitudes, mas sua ação individual tem como referência os sujeitos externos e objetos do mundo exterior. Um agente econômico é um exemplo clássico de um comportamento relacionado a fins; ao investir no mercado financeiro, seu objetivo último é o lucro. Para alcançá-lo, traça estratégias, que são a todo tempo recalculadas, a partir da atitude dos outros agentes que fazem parte do mercado. As atitudes desse agente não são condicionadas pela tradição, tão pouco por atitudes afetivas.

Atitude com relação a valores é também um tipo de ação racional porque, previamente, o agente estipula objetivos coerentes. O agente orienta suas atitudes segundo um ideal dominante, possui um comportamento fiel às suas convicções. Um indivíduo que acredita em uma

crença religiosa pode seguir vários "mandamentos" como um ideal de vida, por exemplo: sendo honesto e não roubando, vivendo a castidade antes do casamento, não trabalhando no domingo, entre inúmeras outras condutas possíveis. Em suma, a relação racional em relação a valores possui como aspecto central a obediência a valores imperativos, que em certas situações podem ser considerados irracionais, pois almejam mais o caráter absoluto da própria ação, do que as consequências racionais. Ou seja, a importância não se encontra nos "fins", mas na própria conduta.

Ação afetiva compreende um conjunto de atitudes determinadas pela emoção. Assim como a ação racional em relação a valores, não há aqui uma busca por "resultados". São exemplos de ações afetivas: a paixão por um time de futebol, o desejo e o carinho quando começa um relacionamento amoroso ou a mágoa e o desespero no seu final. Portanto, atitudes dessa natureza estão ligadas a um universo de atitudes sentimentais e não podem ser consideradas racionais.

Os hábitos e costumes condicionam a ação do tipo tradicional. São modos de condutas que obedecem a estímulos habituais. A tradição de escolher padrinhos para o casamento, ou para batizar o filho, pode ser definida como uma atitude tradicional. Quase todas as nossas atitudes cotidianas podem ser consideradas tradicionais. O ideal simbólico que conduz essa ação segue uma conduta racional.

Através da tipologia de ação social, criada por Weber, podemos analisar inúmeras práticas e condutas presentes em nossa sociedade. Certa atitude do nosso presidente da república pode ser analisada a partir de um tipo ideal de ação weberiano. Mas, não são raros os casos em que se faz necessário combinar elementos de vários tipos de ação para entender a realidade empírica.

4.9 Relação social

Relação Social pode ser definida como uma combinação de várias ações sociais. Reciprocamente, os agentes compartilham suas condutas sociais e produzem conteúdos signifi-

cativos. Amizade, troca no mercado, amor sexual, conflito são citados por Weber (1991) como conteúdos de reciprocidade.

Quando um ou mais indivíduos orientam

suas condutas, de acordo com a expectativa de ação do outro ou de outros, nos deparamos com uma forma de relação social. Um choque entre dois ciclistas, por exemplo, é considerado um simples fenômeno natural. Porém, a tentativa de se desviarem antes da batida ou a briga e manifestações que podem ocorrer após o choque podem ser consideradas uma relação social. É importante lembrar que o conceito de relações sociais não pode ser entendido como sinônimo de “solidariedade”, ao contrário, se refere à relação entre indivíduos.

O que é importante identificar nas relações sociais, segundo Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002), são as expectativas recíprocas de seu significado.

Um indivíduo pode ser considerado: amigo, parente, assassino, vítima, desde que outro ou outros compartilhem com ele esse significado. Weber vem nos dizer que instituições como o Estado, a Igreja, o Matrimônio só existem sociologicamente porque há ações sociais entre os participantes que são carregadas de sentido. Weber realiza uma leitura inovadora de instituições de “personalidade coletiva” da seguinte forma, “para a Sociologia, a realidade Estado não se compõe exclusiva ou justamente de seus elementos juridicamente relevantes. E, em todo, não existe para ela uma personalidade coletiva ‘em ação’. Quando fala do ‘Estado’, da ‘nação’, ou das ‘sociedades por ações’ da ‘família’, da ‘corporação militar’ ou de outras ‘formações’ semelhantes, refere-se meramente a determinado curso da ação social de indivíduos” (WEBER, 1991, p. 09).

Agrupamentos coletivos como torcidas de futebol, associações, grupos religiosos possuem interesses que motivam racionalmente o grupo seja em relação à valores. Numa empresa capitalista, os interesses são racionais em

relação a fins. Além dos interesses racionais, há “conteúdos comunitários”, ou seja, sentimentos de pertencimento a comunidade.

Nesses grupos, as condutas podem ser regulares, seja porque as atitudes individuais se repetem ou porque muitos as fazem, dando sentido semelhante às suas condutas. Há, porém, no processo de racionalização da conduta, a possibilidade de o agente, dentro do grupo, tomar consciência de sua submissão e não aceitar a regularidade que o costume impõe à sua conduta (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002).

Weber (1991) destaca que toda relação social possui um conteúdo significativo que pode variar ao longo do tempo. Por exemplo, quando dois partidos políticos pactuam um acordo de cooperação, não significa que posteriormente não haja conflito de interesses. A “nova” relação entre ambos criou “um novo conteúdo significativo”. Nesse caso, a relação social passou de cooperação para conflito. Os conteúdos significativos também podem ser pactuados. Quando dois partidos assinam um documento de cooperação, observa-se que há por parte de ambos uma promessa de conduta futura, que será durante todo tempo avaliada tendo com referência o comportamento do outro.

Como você deve ter notado, Max Weber produziu uma teoria essencial para a formação da Sociologia como disciplina científica. Aqui foram apresentados aspectos introdutórios de sua obra. Espero que este primeiro momento seja um convite para o contato direto com sua obra. Após o resumo dos principais pontos da unidade, apresentaremos uma bibliografia básica e outra complementar, que auxiliará na compreensão das formulações teóricas do autor.



◀ Figura 17: August Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber (respectivamente).

Fonte: Disponível em < http://3.bp.blogspot.com/-VAp5s_F7lc/T5g7KjA-Wd2I/AAAAAAAAAw/yxMiUby-KJg/s1600/eles.jpg > Acesso em 25 abr. 2013.

Referências

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

COHN, G. **Max Weber**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 7-34.

GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. (org.). **Ensaio de Sociologia**. Tradução de W. Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 15-94.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Editora Presença, 1990.

NOGUEIRA, Claudio Marques. **Considerações sobre a Sociologia de Max Weber**. Caderno de Filosofia e Ciências Humanas – Unicentro Newton Paiva, a. VIII, n. 13, Belo Horizonte, outubro de 1999.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lúcia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v.1, Brasília: Editora UnB, 1991.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

_____. **Metodologia das pedagogia**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

Resumo

- A Sociologia é uma ciência que estuda o comportamento humano e os processos de interação social que interligam o indivíduo em associações, grupos e instituições sociais.
- Os fatores que proporcionaram o surgimento e a consolidação da Pedagogia e da Sociologia são resultado de processos e de transformações econômicas, políticas e culturais verificadas no século XVIII. Exemplo das revoluções industrial e da revolução francesa, que patrocinaram a instalação definitiva da sociedade capitalista.
- Pequenas cidades passaram a grandes cidades produtoras e exportadoras. Essas bruscas transformações implicariam em nova organização social, ocorrida graças à transformação da atividade artesanal em manufatureira e, logo depois, em fabril.
- A revolução industrial determinou o aparecimento de novas classes sociais: o proletariado e a burguesia.
- No século XIX, pensadores imaginaram ser necessário fundar uma nova ciência – a Sociologia – que permitisse reorganizar a sociedade, que tornasse possível prever e controlar os fenômenos sociais.
- A Sociologia pretende explicar o que acontece na sociedade, como um tipo de conhecimento garantido pela observação sistemática dos fatos, podendo transformar-se em instrumento de intervenção social.
- O campo da Sociologia não é dizer como a sociedade deve ser, mas constatar e explicar como ela é.
- Comte, pensador positivista do início do século XIX, diz que os estados ou ordens são sucessivos, em que o teológico será substituído pelo metafísico e este será substituído pelo científico ou positivo. A vida social será explicada pela ciência, triunfando sobre todas as outras formas de pensamento.
- Comte classificou, assim, em ordem crescente de importância, as ciências: astronomia, física, química, biologia e Sociologia. Esta última é a mais importante e mais complexa das ciências, pois é responsável pela educação moral da humanidade, pela reforma intelectual do homem.
- A Sociologia não é uma ciência de apenas uma orientação teórico-metodológica dominante. Ela traz diferentes estudos e diferentes caminhos para a explicação da realidade social.
- A Sociologia tem ao menos três linhas mestras explicativas, fundadas pelos seus autores clássicos, das quais podem se citar: a primeira Positivista-Funcionalista, que tem como fundador Auguste Comte; seu principal expoente clássico é Émile Durkheim. A segunda é a Sociologia compreensiva, iniciada por Max Weber. A terceira, corrente de explicação sociológica é dialética e crítica, iniciada por Karl Marx.
- Karl Marx (1818-1883), juntamente com Friedrich Engels (1820- 1995), compõe a escola crítica que, como o próprio nome evidencia, ocupou-se de criticar radicalmente a sociedade capitalista.
- Para elaborar a teoria do Materialismo Histórico, Marx refletiu três fontes e recebeu influências que atuaram no desenvolvimento do seu pensamento: A filosofia idealista clássica alemã, com o método dialético; O socialismo utópico francês e Inglês, que aproveitou suas bases para elaboração da sua teoria do socialismo científico; e a economia política clássica inglesa para uma nova leitura da economia política burguesa fundada no pensamento econômico liberal.
- Na visão de Marx, o conhecimento e a ciência deviam assumir um papel político absolutamente crítico em relação ao capitalismo, devendo ser instrumento de compreensão e de transformação radical da sociedade.
- Partindo desse pressuposto, o pensador defendia o argumento de que o papel do cientista social seria o de participar ativamente dos atos de transformação da sociedade capitalista, através do desempenho de uma função política revolucionária, posicionando-se ao lado das lutas do proletariado, sendo um observador participante e militante.
- Para Marx e Engels, a dialética é a ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo exterior quanto do pensamento humano. A grande ideia fundamental é que o mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, bem como seus reflexos mentais no nosso cérebro, passam por uma série ininterrupta de transformações.

- Marx aplicou a dialética na análise histórica, criando o materialismo histórico ou uma teoria para explicar as sociedades.
 - Para Marx, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo.
 - Não se pode julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo. Não se pode julgar épocas históricas pela sua consciência. Deve-se explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.
 - Em Marx, é o conjunto das relações de produção, constituído pela estrutura econômica da sociedade, que representa a base concreta, a infraestrutura sobre a qual se constitui a superestrutura jurídica e política, que correspondem às formas de consciência social determinada. Para o autor, o modo de produção da vida material dos homens condiciona em geral todo o processo de vida social, política e intelectual.
 - Os homens são produtos das circunstâncias, pois criam e alteram suas bases de existência social, quando a ação humana pode alterar o conjunto das relações sociais.
 - A distribuição de tarefas entre os indivíduos ou grupos é produto da sociedade e expressa as condições históricas e sociais de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedade.
 - A forma de propriedade capitalista ocorre quando a divisão do trabalho corresponde à divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (ou do capital). As duas principais classes sociais que se formam são burguesia e proletariado. A primeira é detentora do capital, a segunda é proprietária da força de trabalho que é vendida como mercadoria no sistema capitalista.
 - A persistência da divisão do trabalho típica do capitalismo acontece por causa do domínio do capital sobre os produtores diretos.
 - Para Marx e Engels, a classe operária, engajada em sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e uma transição para o socialismo.
 - Uma classe só pode agir com êxito se adquirir consciência de si mesma da maneira prevista pela definição de transformar-se de classe em si para classe para si e se, ao contrário, isso não se realizar, sua ação política fracassará.
 - A força de trabalho é a mercadoria que possui a propriedade única de ser capaz de criar valor, ingrediente essencial para a produção capitalista e criação do lucro.
 - Na perspectiva marxista, a burguesia para afirmar-se como capitalista, precisa não só apropriar-se do produto do trabalho excedente (não pago/mais-valia), mas também reconhecer o produtor do trabalho excedente, a mais-valia, que aparece na sua consciência como lucro.
 - Alienação para Marx é a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo ou grupo social se torna alheio, estranho, separado, enfim alienado aos resultados ou produtos de sua própria atividade produtiva. Alienação, para Marx, nasce da forma como a força de trabalho é utilizada no sistema de produção capitalista, pois é uma mercadoria.
 - A ideologia para Marx é a consciência falsa, equivocada da realidade, não deliberada, mas necessária ao pensamento de determinada classe social, a burguesia, sob determinadas condições de sua posição e funções em relação às demais classes.
 - Sua contribuição teórica ultrapassa a dimensão apenas da ciência, constituindo uma verdadeira ética humanista, que conclama a justiça e a igualdade dos homens.
 - Deve-se a Durkheim a institucionalização da Sociologia como disciplina acadêmica, com definição rigorosa de teoria e de método.
 - Herdando de Comte e do positivismo a ideia de que as sociedades modernas funcionam a partir de determinadas regras que orientam o modo de pensar, agir e sentir dos indivíduos que as compõem é que Durkheim iniciará seus estudos sociológicos. Deriva dessa perspectiva, o conceito de Fato Social, que Durkheim desenvolverá.
 - O bom funcionamento das partes que compõem a sociedade, em outras palavras, as instituições sociais, garantem a ordem ou harmonia social garantindo a saúde do corpo social, e com isso, o seu progresso.
 - Durkheim afirmou que a sociedade deve ser compreendida como um corpo social.
 - O corpo social é composto por um conjunto de órgãos ou organismos sociais. Durkheim herda essa noção do organicismo. Para ele, as instituições sociais seriam esses organismos, que teriam funções específicas. Portanto, ao sociólogo caberia a missão de identificar as instituições sociais presentes em variadas sociedades e, principalmente, quais as suas funções.

- As instituições sociais não são naturais. Elas não são criações divinas. Ao contrário, as instituições são criações da vida em sociedade ao longo da história humana.
- As instituições sociais podem ser entendidas como um conjunto de regras e procedimentos socialmente definidos e aceitos pela sociedade.
- As instituições sociais cumprem as funções que lhe são atribuídas por intermédio do consenso social ao longo da história de cada sociedade.
- Em Durkheim, é fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independentemente de suas manifestações individuais.
- Os fatos sociais são formados pelas representações sociais, isto é, pelas maneiras de como a sociedade vê a si mesma e ao mundo que a rodeia.
- Os fatos sociais que se expressam nas regras, normas, leis, acordos tácitos, tradições, costumes, ritos, expectativas de comportamento, etc. estão profundamente arraigados à prática institucional. A família, a escola, as leis/códigos do direito, o estado, entre outras instituições, portam e são os guardiões das regras de funcionamento da vida social.
- Para Durkheim, a mudança social estaria associada à noção de progresso. As sociedades evoluem, progridem e tornam-se complexas.
- O ordenamento funcional “saudável”, ou seja, não patológico da sociedade garantiria a coesão social, condição indispensável para o progresso. A socialização dos indivíduos, realizada principalmente pelas instituições família e escola, é parte essencial desse processo.
- O conceito de Divisão do Trabalho Social refere-se ao processo de atribuição de funções produtivas entre os membros que compõem determinada sociedade. Isto é, das tarefas produtivas que a sociedade deve cumprir para gerar a satisfação de suas necessidades temos a importante relação entre educação e socialização na e para a divisão do trabalho social normal.
- O processo de socialização é também a geração de membros de uma sociedade capazes na execução de tarefas específicas. Isto é, a educação disciplina e organiza as forças necessárias para a produção de trabalho e a satisfação das necessidades sociais. A Divisão do Trabalho Social é, então, um conceito-chave para Durkheim.
- Se por um lado os membros de uma sociedade se dividem para realizar trabalho, por outro há laços sociais criados que permitem sua interdependência, tornando-os unidos como um grupo social, isto é a solidariedade social.
- Durkheim definirá dois tipos de solidariedade social: a mecânica e a orgânica.
- Solidariedade Mecânica: típica de sociedades menos complexas. Seria uma solidariedade presente na Horda e em sociedades simples, ditas por ele “primitivas”. A integração indivíduo-sociedade se daria pelo sistema de crenças, sentimentos comuns, tradição etc.
- Solidariedade Orgânica: típica de sociedades complexas; é derivada do processo de Divisão do Trabalho Social. A divisão do trabalho impõe a especialização de funções aos indivíduos. Essa individualização leva a uma aparente atomização dos membros que compõem o grupo social. Ao contrário, a especialização do trabalho leva à interdependência funcional. Quanto mais cada um tem uma função específica, mais dependente do outro estaremos para gerar os produtos necessários à satisfação de nossas necessidades.
- Por método, de maneira geral, podemos compreender como a maneira ou o modo de produzir o conhecimento relativo à determinada ciência.
- Nas regras do método sociológico, Durkheim propõe tratar os fatos sociais como coisa. Isto significa que a tarefa metodológica do sociólogo é de estranhamento daquilo que lhe é familiar. Quando utilizamos, cotidianamente, a palavra Coisa para identificarmos algum objeto, o fazemos para dar significado a algo que não conseguimos a priori estabelecer seus atributos.
- Durkheim diz é que os fatos sociais possuem uma objetividade que deve ser atingida pela ciência sociológica.
- Vimos que o ambiente familiar foi decisivo para a formação intelectual do jovem Weber; a ética protestante da mãe, e o ativismo político do pai foram essenciais na condução da teoria weberiana, ao longo da sua vida. Soma-se a isso o contato de Weber com ilustres intelectuais que frequentavam sua casa.
- A perspectiva weberiana de observar o mundo se fundamenta na centralidade do indivíduo, ou seja, em atores sociais capazes de conduzir suas próprias ações. Na sua interpretação as regras sociais não pairam sobre os indivíduos, mas são constituídas a partir das ações de um conjunto de agentes sociais.

- Ao dizer que o ponto de partida da Sociologia é a ação dos indivíduos, Weber não nega que a Sociologia deve se preocupar com os fenômenos coletivos.
- Weber recomenda a utilização do “método compreensivo”, através do qual é possível entender alguns elementos da vida que nos rodeia. Na sua visão, a Sociologia interpreta e compreende as ações sociais e, acima de tudo, explica suas causas, curso e consequências.
- Há uma clara pretensão de Weber em demonstrar que a prática científica permite o desenvolvimento de tecnologias para “controlar a vida”, o “desenvolvimento de métodos de pensamento”. Através da ciência, também é possível dizer que ela mesma permite indicar meios para atingir metas determinadas. Ou seja, a ciência contribui de forma prática para o desenvolvimento da racionalidade.
- Weber entende que a objetividade das ciências sociais ocorre quando os valores pessoais são incorporados conscientemente à pesquisa, e controlado através de rigorosos procedimentos metodológicos.
- Para analisar a complexidade das relações sociais, Weber propõe a criação de um instrumento metodológico: tipo ideal. Trata-se de um instrumento que possui uma clara definição conceitual e nunca existirá na realidade concreta; seu papel é selecionar explicitamente a dimensão do objeto que será analisado e apresentar essa dimensão da forma mais pura possível. Com esse instrumento o cientista social pode construir um modelo de interpretação e de investigação, que o guiará nos infinitos caminhos da realidade social. Podemos analisar a realidade a nossa volta a partir da construção de vários tipos ideais.
- A ação social é central na Sociologia weberiana. Ele define: A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações dos outros, as quais podem ser ações passadas, presentes ou esperadas como sendo futuras. Os ‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou até uma pluralidade de indivíduos indeterminados e inteiramente desconhecidos.
- Weber diz que toda ação social pode ser compreendida em quatro categorias: 1) Racional em relação a fins; 2) Racional com relação a valores; 3) Afetiva; 4) Tradicional. São classificações que se aproximam da ação real, tipos ideais puros, construídos para auxiliar a pesquisa sociológica.
- Agir racionalmente com relação a fins significa dizer que o agente disporá de todos os meios necessários para atingir um fim pré-estabelecido.
- Atitude com relação a valores é também um tipo de ação racional porque previamente o agente estipula objetivos coerentes. O agente orienta suas atitudes segundo um ideal dominante, possui um comportamento fiel às suas convicções.
- Ação afetiva compreende um conjunto de atitudes determinadas pela emoção.
- Os hábitos e costumes condicionam a ação do tipo tradicional. São modos de condutas que obedecem a estímulos habituais.
- Relação Social pode ser definida como uma combinação de várias ações sociais. Reciprocamente, os agentes compartilham suas condutas sociais e produzem conteúdos significativos.
- Weber destaca que toda relação social possui um conteúdo significativo, que pode variar ao longo do tempo. Os conteúdos significativos também podem ser pactuados.

Referências

Básicas

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

Complementares

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. São Paulo: Arx, 2005.

BINETI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 1. Tradução de João Ferreira (coord.). 8. ed. Brasília: Editora UNB, 1995.

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes (org.). **Introdução ao pensamento sociológico**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

COHN, G. **Max Weber**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva: discurso sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

COSTA, Lúcio Flávio F. **A divisão do trabalho na perspectiva da Sociologia clássica**. Cadernos de Pedagogia. Unimontes, Departamento de Pedagogia, n 02, a 2, dez./96, p. 15-24.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em pedagogia**. São Paulo: Altas, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone Editora, 1994.

ELSTER, Jon. **Marx hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERNANDES, Florestan. A Herança Intelectual da Sociologia. In: MARTINS, José Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2004, p. 09-17

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social: Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

GERTH, H. H.; MILLS, Wright C. (org.). **Ensaio de Sociologia**. Tradução de W. Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

GIANNOTTI, José Arthur; LEMOS, Miguel. Introdução In: COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva: Discurso Sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista**. Tradução de Jose Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

IANNI, Octávio (org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1992.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

LENIN, Vladimir I. **O que é o marxismo?** Porto Alegre: Movimento, 1980.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 08-98.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política do capital**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Moscou: Edições Progresso, 1987.

NOGUEIRA, Claudio Marques. Considerações Sobre a Sociologia de Max Weber. **Caderno de filosofia e ciências humanas** – Unicentro Newton Paiva, a. VIII, n. 13, Belo Horizonte, outubro de 1999.

ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. **Revista brasileira de pedagogia** – AN-POCS, 4 (11), p. 5-22, outubro de 1989.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em pedagogia: A Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1991. Vol. 1.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

_____. **Metodologia das pedagogia**.v. 1 e 2. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. **História**. São Paulo: Scipione, 2005.

Suplementares

ÁRIES, Philipe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zattar, 1981.

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. Tradução de Maria Leticia Alcoforado; Durval Ártico. São Paulo: Ática, 1993.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSE, Herbert. **O que é o nacional-socialismo?**. LE MONDE DIPLOMATIQUE. Disponível em: <<http://www.diplo.uol.com.br/2000-10,a1885>> acesso em 10 de fevereiro de 2013.

WEBER, Max. Ciência como vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982. p.154-186.

WEBER, Max. **Metodologia das pedagogia – I e II**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

Atividades de aprendizagem - AA

- 1) Disserte sobre os a lei dos três estados de Comte e a evolução do conhecimento humano.
- 2) Explique o conceito de Fatos Sociais e o que significa tratá-lo como coisa, segundo o pensamento durkeimiano.
- 3) Durkheim trabalhou com a questão da Divisão do Trabalho Social. Discuta a relação entre Divisão do Trabalho Social e Solidariedade, explicando as diferenças entre os dois tipos de solidariedade social.
- 4) Qual a relação entre os conceitos de ideologia e de alienação em Marx?
- 5) Cientistas das Universidades alemãs de Regensburg e Rostock realizaram um estudo sobre as características faciais que seduzem homens e mulheres. Ou seja, o "tipo ideal" de rosto feminino e masculino definido na pesquisa possui as seguintes características.

O homem considerado sexy tem:	A mulher considerada sexy tem:
• Pele morena;	• Pele bronzeada;
• Cabeça estreita;	• Cabeça estreita;
• Lábios cheios (não grossos) e simétricos (o inferior igual ao superior);	• Pouca gordura nas bochechas;
• Sobrancelhas escuras e espessas;	• Lábios grossos;
• Cílios fartos e escuros;	• Sobrancelhas escuras e finas;
• A meta superior do rosto maior que a inferior;	• Cílios longos e fartos;
• Maças do rosto altas (mais perto dos olhos);	• Maças do rosto salientes;
• Mandíbula e queixo proeminentes;	• Nariz fino;
• Pálpebras estreitas;	• Ausência de olheiras; e
• A ausência de rugas entre o nariz e a boca, conhecidos como bigode; e chinês	• Pálpebras estreitas.

Fonte: Revista Veja, 21/01/2004.

A partir do exemplo de tipo ideal de rosto masculino e feminino desenvolvido pelos cientistas alemães e da leitura dos textos da unidade, descreva qual a utilidade da ferramenta metodológica weberiana, "tipo ideal"?

- 6) A partir da sua leitura sobre a Sociologia weberiana e suas principais influências, analise as afirmativas e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso.

- () O crescimento num ambiente familiar laico e seu distanciamento dos debates políticos de sua época permitiu dedicação exclusiva de Max Weber à produção acadêmica.
- () A Sociologia weberiana é considerada compreensiva, pois através dela é possível explicar todas as dimensões dos fenômenos sociais.
- () A objetividade nas ciências sociais só é possível quando o pesquisador abandona seus pró-

prios valores e ideais, adotando critérios científicos rigorosos.

() Para Weber, a realidade social é multidimensional, o pesquisador precisa criar instrumentos metodológicos ideais para compreender as peculiaridades dos fenômenos sociais.

7) Sobre o significado do conceito de Relação Social na teoria weberiana, analise as afirmativas abaixo e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso.

() Relação Social na teoria weberiana é a relação existente dentro das entidades coletivas, e exercem forte coerção sobre os indivíduos.

() Relação Social envolve a percepção de significado entre vários agentes, ou seja, a probabilidade de se compartilhar condutas sociais com o mesmo sentido.

() A Relação Social é produzida, unicamente a partir contradição de duas classes sociais em luta.

() Relação Social se caracteriza por sua natureza transitória ou duradoura, dependendo do contexto onde ocorre.

() O consentimento mútuo é um aspecto determinante para que exista a Relação Social.

8) A perspectiva metodológica da Sociologia em Karl Marx é considerada como crítica, **sendo CORRETO** afirmar que utiliza as seguintes categorias de análise:

() Método compreensivo, ação social e ciência parcialmente neutra.

() Dialética, materialismo histórico e contradição.

() Método comparativo, fato social e ciência neutra.

() Juízos de valor, neutralidade axiológica e ciência neutra.

9) Faça a correspondência entre o modo de produção e os tipos de propriedade e divisão social do trabalho.

10) Sobre os conceitos de alienação e ideologia em Marx, analise as afirmativas e assinale (V) para verdadeiro e (F) para falso.

() Alienação para Marx é a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo ou grupo social se torna alheio, estranho, separado, enfim alienado aos resultados ou produtos de sua própria atividade produtiva.

() A ideologia para Marx é a consciência da realidade, deliberada e necessária, correspondendo ao pensamento de cada uma das classes sociais.

() A Alienação é sempre alienação de si próprio, sendo não apenas um conceito, mas também um apelo à modificação revolucionária do mundo (desalienação).

() O proletariado, uma classe desprovida de direitos e de bens, mas imbuída de uma ideologia socialista, é capaz de subverter a estrutura da sociedade moderna e buscar a supressão de qualquer tipo de alienação através da revolução proletária e socialista.



Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis
Departamento
de Biblioteconomia



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

